

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL - PBA



MADEIRA ENERGIA S.A.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL



PORTO VELHO / RO

VOLUME IV

APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SANTO ANTÔNIO

FEVEREIRO / 2008



MADEIRA ENERGIA S.A.

PROJETO BÁSICO AMBIENTAL



PORTO VELHO / RO

VOLUME IV

APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO SANTO ANTÔNIO

FEVEREIRO / 2008

SUMÁRIO

VOLUME I

- SEÇÃO 01 - Apresentação
- SEÇÃO 02 -
 - Programa Ambiental para a Construção - PAC
 - Sistema de Gestão Ambiental - SGA
- SEÇÃO 03 - Programa de Monitoramento do Lençol Freático
- SEÇÃO 04 - Programa de Monitoramento Sismológico
- SEÇÃO 05 - Programa de Monitoramento Climatológico

VOLUME II

- SEÇÃO 06 - Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico
- SEÇÃO 07 - Programa de Monitoramento Hidrobiogeoquímico
- SEÇÃO 08 - Programa de Acompanhamento dos Direitos Minerários e da Atividade Garimpeira
- SEÇÃO 09 - Programa de Preservação do Patrimônio Paleontológico
- SEÇÃO 10 - Programa de Monitoramento Limnológico
- SEÇÃO 11 - Programa de Monitoramento de Macrófitas Aquáticas
- SEÇÃO 12 - Programa de Conservação da Fauna
- SEÇÃO 13 - Programa de Desmatamento das Áreas de Influência Direta
- SEÇÃO 14 - Programa de Conservação da Fauna

VOLUME III

- SEÇÃO 15 - Programa de Acompanhamento das Atividades de Desmatamento e Resgate da Fauna na Área de Interferência Direta
- SEÇÃO 16 - Programa de Conservação da Ictiofauna
- SEÇÃO 17 - Programa de Compensação Ambiental
- SEÇÃO 18 - Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental
- SEÇÃO 19 - Programa de Saúde Pública
- SEÇÃO 20 - Programa de Apoio às Comunidades Indígenas
- SEÇÃO 21 - Programas Relacionados ao Patrimônio Arqueológico, Pré-Histórico e Histórico
- SEÇÃO 22 - Programa de Remanejamento da População Atingida
- SEÇÃO 23 - Programa de Ações a Jusante
- SEÇÃO 24 - Programa de recuperação da Infra-estrutura Afetada

VOLUME IV

- SEÇÃO 25 - Programa de Compensação Social
- SEÇÃO 26 - Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório
- SEÇÃO 27 - Programa de Apoio às Atividades de Lazer e Turismo
- SEÇÃO 28 – Equipe Técnica
- SEÇÃO 29 – Anexos

Projeto Básico Ambiental

AHE Santo Antônio

SEÇÃO 25

PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO SOCIAL

0	Emissão inicial	13/02/2008		
REV	Descrição	Data	Elaborado	Revisado

SUMÁRIO

1.0	SUBPROGRAMA DE APOIO AO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	4
1.1	População atraída para a cidade de Porto Velho	4
1.1.1	Medidas para adequação dos movimentos migratórios	7
1.1.2	Monitoramento da expansão populacional	9
1.1.3	Responsabilidades	12
1.1.4	Relatórios / Produtos	12
1.1.5	Cronograma	13
1.1.6	Interfaces com outros Programas	13
1.2	Educação	13
1.2.1	Justificativa	14
1.2.2	Objetivos	16
1.2.3	Metas / Resultados esperados	16
1.2.4	Procedimentos / Metodologia	16
1.2.5	Responsabilidades	17
1.2.6	Relatórios / Produtos	18
1.2.7	Cronograma	18
1.2.8	Interfaces com outros Programas	18
1.3	Habitação	18
1.3.1	Justificativa	19
1.3.2	Base legal	22
1.3.3	Objetivos	23
1.3.4	Metas/resultados esperados	23
1.3.5	Procedimentos / Metodologia	23
1.3.6	Responsabilidades	24
1.3.7	Relatórios / Produtos	24
1.3.8	Cronograma	24
1.3.9	Interfaces com outros Programas	24
1.4	Saneamento Básico – Projeto e Construção de Aterro Sanitário para Porto Velho	25
1.4.1	Justificativa	26
1.4.2	Objetivos	26
1.4.3	Metas/Resultados Esperados	26
1.4.4	Responsabilidades	26
1.4.5	Relatório/Produtos	27
1.4.6	Cronograma	27

1.4.7	Interface com outros Programas	27
1.5	Segurança pública	28
1.5.1	Apresentação/Justificativa	28
1.5.2	Objetivos	28
1.5.3	Metas	28
1.5.4	Metodologia	28
1.5.5	Responsabilidades	30
1.5.6	Relatórios / Produtos	30
1.5.7	Cronograma	31
1.5.8	Interfaces com outros Programas	31
1.6	Lazer	31
1.6.1	Justificativa	31
1.6.2	Base legal	32
1.6.3	Objetivos	32
1.6.4	Metas/resultados esperados	32
1.6.5	Procedimentos / Metodologia	33
1.6.6	Responsabilidades	33
1.6.7	Relatórios / Produtos	33
1.6.8	Cronograma	33
1.6.9	Interfaces com outros Programas	33
2.0	SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	34
2.1	Qualificação de Mão-de-obra	34
2.1.1	Justificativa	34
2.1.2	Objetivos	35
2.1.3	Metas/resultados esperados	36
2.1.4	Procedimentos / Metodologia	36
2.1.4.1	Qualificação Continuada de Mão-de-obra	36
2.1.4.2	Qualificação para atividades específicas	37
2.1.5	Responsabilidades	38
2.1.6	Relatórios / Produtos	40
2.1.7	Cronograma	40
2.1.8	Interfaces com outros Programas	40
2.2	Qualificação de Fornecedores	41
2.2.1	Justificativa	41
2.2.2	Objetivos	42
2.2.3	Metas/Resultados esperados	43

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

2.2.4	Procedimentos / Metodologia	43
2.2.5	Responsabilidades	48
2.2.6.	Relatórios / Produtos	48
2.2.7	Cronograma	48
2.2.8	Interfaces com outros Programas	48
3.0	SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO	49
3.1.	Objetivos	49
3.2.	Metas	49
3.3	Âmbito de Aplicação	49
3.4.	Procedimentos	49
3.5.	Responsabilidades	50
3.6.	Relatórios / Produtos	50
3.7.	Cronograma	50
4.0	BIBLIOGRAFIA	51

APRESENTAÇÃO

O Programa de Compensação Social faz parte do Projeto Básico Ambiental (PBA) do Aproveitamento Hidrelétrico Santo Antônio – AHE Santo Antônio, que subsidiará a solicitação da Licença de instalação deste empreendimento ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Este programa foi proposto no Estudo de Impacto Ambiental - EIA (Leme Engenharia, 2005) dos Aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, tendo sido referendado pela Licença Prévia Nº 251/2007 concedida pelo IBAMA.

O Programa de Compensação Social apresentado nesta Seção 26 do PBA do AHE Santo Antônio atende às condições de validade da LP Nº 251/2007 relacionadas a seguir: condições de validade Nº 2.1, 2.24 e 2.28

Este documento encontra-se dividido em três subprogramas, a saber:

- “Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho”
- “Subprograma de Qualificação da População”
- Subprograma de Apoio à revisão do plano diretor de Porto Velho”

1.0 SUBPROGRAMA DE APOIO AO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

A principal justificativa para o conjunto proposto de ações de apoio ao município de Porto Velho é a expectativa de uma expansão da população da cidade superior à tendência histórica de crescimento, em função da implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira. Assim, para efeito de planejamento, inicia-se pela apresentação das referências de população atraída que constituirão a base para o desenvolvimento das propostas relacionadas aos vários públicos a serem atendidos na cidade de Porto Velho. Apresentam-se, a seguir, a estimativa da população de referência e ações específicas voltadas para o atendimento à população migrante e monitoramento da dinâmica demográfica.

Em seqüência, são tratadas questões específicas de educação, habitação, saneamento básico, segurança pública e lazer, temas considerados devido à sua importância para a qualidade de vida da população, que pode ser reduzida quando se tem aumentos de demanda não acompanhados pelos necessários ajustes na oferta. A questão da saúde, que também se enquadra entre os serviços afetados pela expansão populacional, em função de sua relevância no contexto da implantação do empreendimento, é tratada de forma específica no Programa de Saúde constante deste PBA.

1.1 População atraída para a cidade de Porto Velho

A atração de população para locais onde estão sendo implantados grandes projetos ocorre em todo o território nacional, sendo sua intensidade alterada por vários fatores, entre os quais se incluem a conjuntura econômica do período (ou seja, são maiores as migrações quando as taxas de desemprego se encontram em níveis mais altos); a capacidade do mercado local em atender as demandas do empreendimento; a política do empreendedor, em termos de contratação de mão-de-obra e de fornecedores etc. Têm grande influência, também, as

características da região onde o empreendimento está inserido, sendo a atratividade do local determinada por diversos fatores, destacando-se entre eles a qualidade de vida da população local.

O crescimento populacional superior à capacidade de absorção do município ocasiona um conjunto de resultados indesejáveis tanto para a população residente como para a administração municipal e o próprio empreendedor, de forma direta e indireta. Assim, é de grande importância a associação de esforços por parte de representantes das instituições envolvidas, visando à implantação de medidas que reduzam, de forma efetiva, a migração desordenada em direção à cidade. Em virtude dessa possibilidade de um relativo controle dos fluxos migratórios é que a estimativa de população atraída é realizada, constituindo o número apresentado uma referência para se trabalhar possíveis acréscimos de demanda. Esse número deverá ser permanentemente monitorado, buscando antecipar reajustes na programação, quando necessários.

As estimativas de população diretamente atraída apresentadas nos Estudos de Impacto Ambiental – EIA dos aproveitamentos hidrelétricos Jirau e Santo Antônio, basearam-se no pressuposto de contratação, na região de Porto Velho, de 70% dos trabalhadores para a implantação do empreendimento. A aplicação dessa suposição às demandas anuais de mão-de-obra forneceu as estimativas de população diretamente atraída apresentadas no EIA. Nesse documento, o início das obras foi previsto para abril de 2006, sendo essa data, atualmente, alterada para setembro de 2008.

A estimativa considerada no EIA supunha uma atração máxima de pessoas igual a 54.343, que, no novo cronograma, ocorreria no ano de 2011, tendo por base um ponto máximo de emprego direto de mão-de-obra igual a 20.199 pessoas. A partir de estudos de engenharia, a previsão de mão-de-obra contratada foi alterada, estendendo-se o prazo de construção de 78 para 92 meses e reduzindo o número máximo de trabalhadores (“pico” da mão-de-obra contratada) de 20.199 para 9.135. Essa alteração provocou uma revisão na estimativa realizada, que foi reduzida, proporcionalmente, de 54.343 para 37.213 pessoas atraídas¹.

¹ Conforme especificado no EIA, não se trabalhava com os 20.199 trabalhadores como referência para os cálculos de geração de empregos diretos e indiretos, uma vez que o tempo de permanência dos mesmos no canteiro era muito reduzido. Ao invés, considerava-se 13.340 pessoas, que era um número médio de trabalhadores com maior permanência na obra.

TABELA 1

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO ATRAÍDA PARA A CIDADE DE PORTO VELHO EM FUNÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO – 2007 A 2017

Ano	Empregos		População		
	Diretos	Indiretos	Atração direta	Atração indireta	Total
2007	0	0	0	0	0
2008	2.049	2.940	2.038	6.309	8.347
2009	3.997	5.736	3.975	12.307	16.282
2010	8.355	11.990	8.309	25.726	34.036
2011	9.135	13.109	9.085	28.128	37.213
2012	8.730	12.528	8.682	27.419	36.101
2013	7.860	11.279	7.817	25.180	32.997
2014	4.961	7.119	4.934	16.211	21.144
2015	2.452	3.519	2.439	8.172	10.611
2016	461	3.540	1.951	8.221	10.172
2017	0	3.562	1.963	8.274	10.237

No ano 2011, quando se tem a maior população atraída, sendo a atração direta do empreendimento – trabalhadores na obra e seus familiares – iguais a 9.085, considera-se como residência dessa população os seguintes locais:

- trabalhadores em cargos de direção e gerência residirão na cidade de Porto Velho, em moradias para eles disponibilizadas pelo empreendedor;
- 3.000 familiares dos trabalhadores em cargos de direção e gerência residirão na cidade de Porto Velho, em moradias para eles disponibilizadas pelo empreendedor;
- 626 trabalhadores residirão nos alojamentos que serão disponibilizados pelo empreendedor, junto ao canteiro de obras;
- 1.115 trabalhadores residirão nos alojamentos que serão disponibilizados pelo empreendedor ou com suas famílias em residências adquiridas ou alugadas, por esses trabalhadores, na cidade de Porto Velho;
- 3.344 familiares dos trabalhadores (que permanecem ou não no alojamento) em residências adquiridas ou alugadas, por essas 1.115 famílias, na cidade de Porto Velho.

Assim, tem-se como atração direta um total de 2.115 famílias (1.000 + 1.115) e 9.085 pessoas nas faixas etárias entre 0 e 59 anos, uma vez que se considera que os trabalhadores migrantes terão idade inferior a 60 anos.

A população indiretamente atraída, com total estimado em 28.128 pessoas, formará em torno de 7.032 famílias, caso se considere um tamanho médio de família igual a quatro pessoas. A composição etária dessas famílias, ou grupos de pessoas em um mesmo domicílio, deverá apresentar uma tendência de concentração maior nas idades economicamente ativas.

Para efeito de planejamento, portanto, consideram-se ao todo 9.147 famílias atraídas. Para a estimativa da estrutura etária da população direta ou indiretamente atraída, apresentada na Tabela 2, foram feitas as seguintes suposições:

- os trabalhadores na construção do empreendimento e suas famílias apresentarão uma estrutura etária similar à da população urbana brasileira nas idades entre 0 e 60 anos;
- os trabalhadores residentes no alojamento, que migraram sem a companhia de suas famílias, estarão na faixa etária entre 20 e 59 anos e serão do sexo masculino (supõe-se que as mulheres contratadas fora da região de Porto Velho residirão na área urbana acompanhadas ou não de suas famílias);
- a população indiretamente atraída apresentará uma estrutura etária semelhante à da população urbana brasileira, porém com uma concentração maior de pessoas na faixa etária entre 20 e 59 anos. Supôs-se que essa concentração maior seria em torno de 20% acima daquela verificada na população brasileira.

1.1.1 Medidas para adequação dos movimentos migratórios

Conforme já mencionado, a atração de população em níveis superiores à capacidade de absorção do local de atração constitui um problema a ser enfrentado pelos responsáveis pela implantação de grandes projetos e pelas administrações públicas regionais. Assim, são propostas medidas preventivas que têm por objetivo manter a atração de população em um nível que não implique em falta de trabalhadores para a construção ou para atendimento à população, nem em um patamar superior à capacidade de atendimento da infra-estrutura da cidade – existente e ampliada.

Entre as medidas propostas encontram-se a capacitação da mão-de-obra local para o trabalho na construção e em outras atividades dinamizadas pela implantação do empreendimento, bem como a capacitação de fornecedores locais visando a ampliação e melhoria da oferta de produtos, que constituem os objetivos de subprogramas específicos.

São também incluídas, neste PBA, ações de comunicação social e educação ambiental, que procurarão desestimular a migração para a cidade de Porto Velho e incentivar os trabalhadores da região de entorno da cidade e do município, contratados para a implantação do empreendimento, a residir no acampamento disponibilizado pelo empreendedor, mantendo suas famílias em suas atuais residências.

Além das medidas preventivas mencionadas, propõe-se a criação de um Centro de Referência para Migrantes, que deverá contar com dois escritórios situados próximos à estação rodoviária e ao porto, com sinalização de grande visibilidade, para atendimento a pessoas e famílias que chegarem a Porto Velho buscando oportunidades de emprego e renda.

TABELA 2

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO DIRETA E INDIRETAMENTE ATRAÍDA PARA A CIDADE DE PORTO VELHO EM FUNÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE SANTO ANTÔNIO POR FAIXA ETÁRIA NO ANO 2011 (ANO DE MAIOR CONTINGENTE DE POPULAÇÃO MIGRANTE)

Idade (anos)	População diretamente atraída			População indiretamente atraída			População total atraída		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
0 a 4	435	421	856	1.197	1.157	2.354	1.632	1.578	3.210
5	91	88	179	250	242	492	341	330	671
6	88	85	173	242	235	477	330	320	650
7	87	85	172	239	232	471	326	317	643
8	85	83	168	235	228	463	320	311	631
9	85	83	168	234	229	463	319	312	631
10	88	86	174	243	237	480	331	323	654
11	91	89	180	249	245	494	340	334	674
12	93	92	185	255	252	507	348	344	692
13	91	91	182	250	249	499	341	340	681
14	94	94	188	257	258	515	351	352	703
15	92	93	185	254	257	511	346	350	696
16	92	94	186	254	259	513	346	353	699
17	98	100	198	270	275	545	368	375	743
18	101	103	204	278	283	561	379	386	765
19	95	97	192	260	267	527	355	364	719
20 a 59	2.963	2.532	5.495	7.716	8.359	16.075	10.679	10.891	21.570
60 e mais	0	0	0	941	1.240	2.181	941	1.240	2.181
Total	4.769	4.316	9.085	13.624	14.504	28.128	18.393	18.820	37.213

Para o atendimento proposto, serão desenvolvidas as seguintes atividades:

- Preenchimento de uma ficha cadastral com informações gerais sobre a pessoa ou família, formação profissional, cursos profissionalizantes freqüentados, tipo de trabalho ou atividade demandada (ver Anexo I);
- Fornecimento de informações sobre as funções que estão sendo demandadas ou que serão contratadas nos próximos três meses pelas empresas responsáveis pela implantação do empreendimento;
- Fornecimento de informações sobre locais que possuem cadastramento de fornecedores ou de mão-de-obra (Prefeitura Municipal de Porto Velho e SINE – Sistema Nacional de Empregos) para oportunidades de trabalho em outros setores de atividade, além de direcionamento imediato para empresas que encaminharemos informações de oportunidades de trabalho para o Centro de Referência para Migrantes;
- Encaminhamento para centros de atendimento e acompanhamento social da Prefeitura Municipal de Porto Velho, no caso de pessoas ou famílias em situação vulnerável e que não conseguiram se inserir no mercado de trabalho regional. Esse atendimento, a ser fornecido pela Prefeitura, deverá ser realizado com recursos provenientes de convênio a ser assinado entre a Prefeitura e o empreendedor.

1.1.2 Monitoramento da expansão populacional

Além do atendimento ao migrante, proposto no item anterior, prevê-se a utilização de alguns indicadores da expansão da população residente, que possibilitarão ajustes nas estimativas de população realizadas e redefinição das ações de apoio ao município, quanto à infraestrutura social.

As principais fontes de informação a serem utilizadas para o monitoramento da expansão da população da cidade de Porto Velho são:

- Contagem da População 2007

A Contagem da População realizada pelo IBGE em 2007, cujos resultados, em nível de setor censitário, deverão estar disponíveis em 2008², constitui a base para o cálculo dos indicadores que serão utilizados no monitoramento da população residente. A Contagem de População fornecerá as seguintes informações:

- Número de domicílios particulares permanentes, particulares improvisados e coletivos em cada setor censitário;
- Número de residentes segundo o sexo e a idade;
- Número de residentes segundo a relação com o responsável pelo domicílio;
- Número de pessoas recenseadas na cidade de Porto Velho e que, em 31/7/2000, residiam em Rondônia ou em outra unidade da federação ou país ou que ainda não eram nascidas;

² Resposta à consulta feita a essa instituição indica que ainda não existe previsão de data para divulgação da citada informação.

- Número de pessoas recenseadas na cidade de Porto Velho e que, em 31/7/2000, residiam em Porto Velho ou em outro município.

Essas informações serão utilizadas para o mapeamento da densidade demográfica e da participação de migrantes no total da população, que constituirão a base para a seleção de uma amostra de setores censitários e domicílios a serem pesquisados, visando à estimativa da taxa média de crescimento anual da população da cidade.

- Censo Demográfico de 2010

Em 2010 será conduzido pelo IBGE o Censo Demográfico, que incluirá um conjunto de informações sobre os domicílios e os moradores, com várias questões sobre escolaridade, migração e qualidade de vida da população. Seus resultados serão utilizados para o cálculo de novos indicadores, bem como para corrigir as tendências de crescimento da população da cidade, estabelecidas pelo monitoramento.

- Contratações e demissões para o trabalho na implantação da usina

Cada trabalhador contratado ou transferido para o trabalho na implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, pelo empreendedor ou empresa contratada, deverá preencher uma ficha com informações gerais que abrangem sua estória migratória, formação profissional, demanda de bens e serviços e outros dados necessários para o monitoramento da expansão da população associada à implantação do empreendimento na região (Anexo II).

Os trabalhadores demitidos deverão preencher outro conjunto de informações que incluem questões referentes a suas intenções de permanecer ou se transferir para outros municípios, caso ele seja originário de fora da região de Porto Velho (Anexo III).

Essas fichas deverão ser encaminhadas mensalmente para a equipe responsável por este Programa de Compensação Social (Apoio ao Município de Porto Velho).

- Matrícula e evasão de alunos nas redes de ensino pública e particular

Os dados de matrícula e evasão de alunos nas redes de ensino pública e particular serão provenientes das estatísticas oficiais de população, complementação por parte das escolas existentes na cidade e levantamento de informações nessas escolas, por profissionais contratados pelo empreendedor, um dos quais se responsabilizará também pelas ações de pesquisa e elaboração de relatórios, previstas no item relativo à Educação, componente deste Subprograma de Apoio do Município de Porto Velho. Tais dados abrangem:

- Informação sobre o número inicial de alunos matriculados nos primeiros semestres de 2008 a 2015, por idade, série e grau de ensino, em todas as escolas das redes municipal, estadual e particular (ver Anexo IV);
- Informação sobre o número de alunos que abandonaram a escola, que procuraram vagas e não puderam ser atendidos ou se matricularam durante o primeiro semestre de 2008 (após o início do período letivo) e assim sucessivamente nos semestres seguintes até o ano de 2015 (Anexo IV);

Essas informações servirão de base para a seleção de uma amostra de famílias a serem pesquisadas visando identificar os movimentos migratórios e estabelecer indicadores a serem utilizados nas estimativas de expansão da população da cidade.

- Pesquisa em uma amostra da população residente

Os dados fornecidos pelas escolas a respeito dos alunos que procuraram vagas e não foram atendidos, dos alunos matriculados e dos que abandonaram a escola durante o semestre serão processados com o objetivo de retirar-se da relação aqueles alunos que se transferiram de uma escola para outra, que procuraram vaga em uma escola e se matricularam em outra na cidade de Porto Velho, durante o período considerado.

Após ter-se a lista dos novos alunos matriculados, dos alunos fora da escola e dos que abandonaram a escola, serão selecionadas duas amostras de alunos cujas residências serão visitadas para uma pesquisa abrangendo questões referentes aos movimentos migratórios das famílias.

Alunos fora da escola ou novos alunos matriculados – O objetivo da pesquisa nas famílias dos alunos fora da escola e dos novos alunos matriculados é identificar os migrantes que chegaram à cidade no semestre de referência. Assim, a primeira pergunta do questionário refere-se à data de transferência da família e seu responsável para a cidade de Porto Velho. No caso dessa transferência ter ocorrido após janeiro de 2008, será aplicado um questionário (Anexo V) abordando os seguintes itens:

- Estória migratória do responsável pela família; motivo da migração para a cidade de Porto Velho, se direta ou indiretamente associada à implantação do empreendimento;
- Informações sobre cada membro da família - idade, sexo, relação com o responsável, escolaridade, frequência à escola, ocupação, situação ocupacional, empresa em que trabalha, rendimento médio;
- Informações sobre a moradia - forma de ocupação, número de cômodos, de quartos, de quartos utilizados como dormitório, acesso ao saneamento básico.

Alunos que deixaram a escola – Na amostra a esses domicílios, procura-se identificar as famílias que permaneceram ou não na cidade de Porto Velho. Em caso de permanência, o questionário incluirá perguntas referentes aos motivos que levaram o aluno a abandonar a escola. No caso das famílias que não mais permanecem na cidade, será averiguado o motivo da transferência da família para fora da cidade de Porto Velho (Anexo VI).

Caso as informações coletadas nas escolas não sejam satisfatórias, essa metodologia será substituída por uma amostra aleatória de quadras da malha urbana da cidade de Porto Velho onde, em cada ano, serão aplicados questionários (Anexo V) a todos os domicílios existentes na área, de forma a determinar-se o crescimento do número de domicílios e moradores na amostra e na cidade. Anualmente, serão analisadas imagens de satélite que mostrarão a expansão da malha e a necessidade ou não de adequação da amostra ao novo universo identificado.

- Ligações de energia elétrica

Com a finalidade de monitorar o número de domicílios ligados à rede pública de energia elétrica, deverá ser assinado um convênio entre o empreendedor e a CERON – Centrais Elétricas de Rondônia SA visando à obtenção de um mapa da cidade (se possível em meio digital) com as ligações residenciais de energia elétrica em cada ano, no período de 2007 a 2015.

A estimativa do crescimento populacional de Porto Velho será desenvolvida a cada semestre, através de uma análise do conjunto de informações coletadas, buscando-se identificar tendências divergentes (ou convergentes) em relação à estimativa de população

atraída apresentada na Tabela 1. Três linhas de análise deverão ser utilizadas para a determinação da tendência de crescimento mais provável, ou seja:

- A primeira tendência a ser estabelecida baseia-se nos dados de população diretamente atraída, proveniente das fichas de admissão e demissão dos trabalhadores na implantação do empreendimento. A partir dessas fichas, serão identificados os trabalhadores admitidos procedentes de outras regiões, bem como aqueles que se transferiram acompanhados de suas famílias. As fichas de registros de migrantes poderão complementar as informações com referência à migração indireta;
- A segunda tendência a ser trabalhada tem por base os indicadores de frequência à escola (ou de domicílios nas quadras amostradas), estabelecendo-se uma relação entre a migração identificada na amostra, a saída de famílias identificada na pesquisa dos alunos que abandonaram a escola (ou de substituição dos moradores nas quadras amostradas) e o crescimento demográfico da cidade. Com os dados coletados na pesquisa direta realizada, será possível estimar-se, além dos fluxos migratórios de chegada e saída à cidade, a migração direta ou indiretamente associada à implantação do empreendimento;
- O terceiro conjunto de informações referentes aos pedidos de novas ligações elétricas residenciais poderá fornecer uma estimativa do número de novas famílias de moradores na cidade de Porto Velho, em cada um dos semestres considerados.

A análise dos resultados obtidos através desses três conjuntos de dados permitirá correção nas tendências de crescimento apresentadas na Tabela 1. Deve-se lembrar que essa tabela apresenta os acréscimos de população relacionados à implantação do empreendimento na região, não considerados na tendência histórica de crescimento da cidade de Porto Velho. Para as estimativas de população total deverão ser utilizados os dados de tendência considerados no Plano Diretor de Porto Velho e os resultados das pesquisas de monitoramento. As informações do Censo Demográfico de 2.010 oferecerão um parâmetro para a correção das estimativas, além de informações precisas sobre vários indicadores referentes à qualidade de vida da população. Os resultados do monitoramento permitirão ao empreendedor confirmar ou rever as ações sob sua responsabilidade, propostas nos diversos subprogramas, e ao poder público acompanhar, planejar e readequar, se necessário, sua política de atendimento à população.

1.1.3 Responsabilidades

A execução das atividades aqui previstas é de responsabilidade exclusiva do empreendedor, que deverá assinar convênios com instituições locais para participação nas várias ações planejadas. Nesse conjunto de ações encontram-se a contratação de pessoal, o atendimento aos migrantes, a realização de pesquisas, a discussão e apresentação dos resultados.

1.1.4 Relatórios / Produtos

O Centro de Referência para Migrantes deverá apresentar relatórios trimestrais sobre as atividades realizadas, mostrando o número de atendimento e os dados obtidos nas fichas preenchidas. Considerando-se o início das atividades de atendimento no segundo semestre de 2008 e seu encerramento em dezembro de 2015, época em que tanto as contratações

como as demissões de trabalhadores atingem patamares mínimos, serão ao todo 18 relatórios trimestrais a serem apresentados.

Quanto ao monitoramento do crescimento demográfico, os relatórios previstos são:

- Relatório inicial, a ser finalizado em julho de 2008, com as informações referentes ao período anterior ao início das obras (t0), com base nas informações da Contagem da População 2007 e nos levantamentos das condições iniciais de todas as variáveis a serem acompanhadas no monitoramento;
- Relatórios semestrais, com resultados do monitoramento do crescimento populacional através da análise do aumento da demanda por vagas escolares, da expansão do número de ligações de energia elétrica, das fichas de admissão de trabalhadores e das pesquisas domiciliares (estas últimas realizadas anualmente). O primeiro relatório deverá ser apresentado em dezembro de 2008, o segundo em julho de 2009 e assim sucessivamente até o 16º, a ser apresentado em julho de 2016, ano de conclusão da implantação do empreendimento;
- Relatório comparativo entre as estimativas do crescimento populacional realizado e os dados do Censo Demográfico de 2010. Tendo em vista o prazo necessário para o processamento dessas informações, esse relatório, que deverá comparar os resultados do censo com a estimativa de julho de 2010, poderá ser finalizado junto com o relatório de monitoramento referente ao mês de dezembro de 2011. Os resultados do Censo Demográfico constituirão uma nova base para as estimativas dos semestres posteriores, até o final dos trabalhos.

1.1.5 Cronograma

Conforme apresentado no item anterior, supõe-se o início das atividades do monitoramento no primeiro semestre de 2008 (relatório inicial a ser finalizado em julho de 2008), conforme cronograma de atividades apresentado no Anexo XI.

1.1.6 Interfaces com outros Programas

O monitoramento do crescimento populacional deverá oferecer subsídios a todos os programas ambientais que necessitem da estimativa de população para o cálculo de indicadores e dimensionamento de suas atividades.

1.2 Educação

Apresentam-se a seguir as medidas de apoio aos serviços educacionais ofertados no município de Porto Velho, considerando o crescimento populacional decorrente da implantação o AHE Santo Antônio. As medidas relacionadas às unidades escolares diretamente afetadas pela formação do reservatório serão tratadas no Programa de Reassentamento da População Atingida.

1.2.1 Justificativa

O aumento da população no núcleo urbano de Porto Velho, em decorrência da **implantação** o AHE Santo Antônio, provocará um acréscimo da demanda pelo serviço de educação, pressionando a infra-estrutura atualmente existente e podendo ocasionar queda na qualidade do ensino ofertado à população e ônus para os cofres públicos.

O serviço de ensino da cidade de Porto Velho é formado por escolas públicas – estaduais e municipais – e estabelecimentos particulares. Segundo os estudos que integram o EIA/RIMA do AHE Santo Antônio e informações recentes, repassadas pela Secretaria Estadual de Educação – SEDUC e pela Secretaria Municipal de Educação – SEMED, as escolas sob responsabilidade do poder público municipal oferecem o ensino infantil e fundamental, com duração de nove anos, atendendo alunos com idade entre 06 e 14 anos, além da educação para jovens e adultos - EJA (a partir de 18 anos de idade); a rede estadual é responsável pelo ensino médio, atendendo alunos nas faixas etárias de 15 a 17 anos e também pela educação de jovens e adultos. A relação dos estabelecimentos de ensino existentes na cidade de Porto Velho, sob responsabilidade do poder público, está apresentada nos Anexos VII e VIII.

Nos últimos anos, houve um esforço, por parte dos governos estadual e municipal, no sentido de melhorar o atendimento dos serviços educacionais prestados à população local, ampliando o número de escolas e de salas de aula e oferecendo transporte escolar para os alunos; foram contratados professores e oferecidos cursos de capacitação, através de parcerias com a Universidade de Rondônia e o Ministério da Educação, entre outras instituições.

A Secretaria Municipal de Educação elaborou um diagnóstico da situação educacional existente e, a partir daí, montou um planejamento estratégico para responder às principais demandas, tanto para as zonas urbanas quanto rurais do município, com os seguintes eixos orientadores: Melhoria da Capacidade de Gestão; Ampliação do Atendimento; Melhoria da Qualidade de Ensino e Permanência dos Alunos da EJA. Foram construídas, ampliadas e reformadas escolas; foi ampliado o atendimento pelo transporte escolar; introduziram-se melhorias da qualidade de ensino e houve maior valorização profissional.

No entanto, faltam recursos para executar várias outras ações programadas. De acordo com informações de representantes da citada Secretaria, do ano de 2005 até o presente momento, as escolas da área rural do município tiveram um acréscimo de mais de 4.000 alunos e a oferta de transporte escolar mais que duplicou, atendendo atualmente cerca de 7.500 alunos, cujas moradias se encontram a mais de 2 km de distância da escola. O acesso aos estabelecimentos de ensino é muitas vezes dificultado pela distância entre a moradia dos alunos e a escola mais próxima, o que é agravado pela inexistência e/ou deficiência dos acessos, principalmente na época das chuvas. Os meios de transporte utilizados variam, podendo ser barco, ônibus, bicicleta e passe escolar. A SEMED desenvolve vários projetos e, para isso, conta com a parceria de instituições e órgãos como Polícia Militar, Polícia Civil, Marinha do Brasil, Governo Federal, SEDUC, Câmara Municipal de Porto Velho, Ministério Público, SIPAM, Banco do Brasil, UMDIME-RO, Conselho Municipal de Defesa da Mulher, Conselho de Defesa da Criança e Adolescente, Conselho Municipal da Educação, Movimento Juventude Alternativa, Movimento Hip-Hop da Floresta, Coletivo Jovem pela Sustentabilidade, Fundação Roberto Marinho, CETENE, SEBRAE, SESC, SINTERO, ELETRONORTE, CERON, UNIR, Central de Produtores Rurais, GEFA, Igrejas e outros.

A rede de ensino estadual também oferece transporte terrestre e fluvial para os alunos que freqüentam seus estabelecimentos e, de acordo com informações de representante da

SEDUC, o atendimento cobre quase cem por cento da demanda. Desenvolve vários projetos nas escolas sob sua responsabilidade, podendo-se citar: Educação de Jovens e Adultos - EJA; Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (Com-Vida); Construindo a Agenda 21 na Escola; Cultura e Desporto Escolar; Projeto Escola de Dança; Ciclo Básico de Aprendizagem. (CBA); Classe de Aceleração de Aprendizagem; Projeto de Educação Fiscal; Projeto Práticas Afirmativas no Espaço Escolar (PAEES); Projeto de Coordenação para a Diversidade nas Comunidades Tradicionais Quilombolas e Ribeirinhas (CEQUIR); Projeto de Educação Especial; Projeto de Educação Profissional; Projeto de Ensino Médio no Campo (PROEMCRO); Projeto de Iniciação Científica; Projeto Espanhol; Projeto Terceirão; Projeto do Empreendedorismo; Projeto Feira de Ciências da Educação Básica (FECEB); Projeto Ensino Médio Integrado (EMI).

Entretanto, apesar das melhorias introduzidas, o sistema educacional existente no município de Porto Velho ainda padece dificuldades e carências, relacionadas tanto à infra-estrutura física quanto à qualidade do ensino ofertado. São necessárias mais e melhores escolas, melhorias no transporte escolar e cursos de qualificação para os professores. Outro problema enfrentado pelas responsáveis pelo serviço educacional refere-se ao desembolso de recursos destinados à educação (parte estadual e parte federal) que, segundo as entrevistas realizadas quase sempre chegam com certo atraso.

Conforme a mesma fonte, as escolas públicas (estadual e municipal) existentes conseguem atender toda a demanda atual por educação. Ressaltam, entretanto, que o sistema educacional da cidade de Porto Velho não está aparelhado para absorver o contingente de novos alunos que surgirá em decorrência do fluxo migratório previsto com a implantação o AHE Santo Antônio.

Conforme estimativas referentes à população atraída (ver item 1.1), haverá um acréscimo de 37.213 pessoas na cidade de Porto Velho, com idade entre 0 e 59 anos, aí incluídos os trabalhadores contratados pelo empreendedor e a população indiretamente atraída pelas oportunidades de trabalho e renda.

O estudo realizado considerou que os trabalhadores contratados estarão na faixa etária de 20 a 59 anos e que em parte eles migrarão desacompanhados de suas famílias, passando a residir nos alojamentos construídos pelo empreendedor junto ao canteiro. Outra parte, formada por população moradora na região, será diariamente transportada de suas casas para o local das obras. Considera-se, portanto que essas pessoas não irão impactar os serviços educacionais. Por outro lado, estima-se a chegada de um total de 9.581 migrantes com idade entre 06 e 19 anos, que passarão a residir na cidade de Porto Velho, conforme mostrado na Tabela 2.

Para efeito de planejamento das ações de apoio ao serviço de educação, apresentado a seguir, considerou-se esses migrantes como potenciais usuários das escolas locais. Dessa forma, para atender ao crescimento da demanda serão necessárias a construção, ampliação e/ou reforma de novas unidades de ensino na cidade de Porto Velho, bem como a contratação e qualificação de professores.

1.2.2 Objetivos

As medidas propostas têm como objetivo implantar ações de apoio ao poder público, com vistas à adequação do setor de ensino de Porto Velho para atender ao crescimento da demanda e aumento da pressão sobre os serviços educacionais, evitando, assim, queda na qualidade e crescimento dos gastos públicos com educação.

1.2.3 Metas / Resultados esperados

Pretende-se que a implantação das ações aqui apresentadas, de apoio ao serviço de educação, contribuam para a qualidade do ensino prestado à população. Para tanto, serão construídas, ampliadas e/ou reformadas escolas, objetivando a criação de, pelo menos, 82 novas salas de aula na cidade de Porto Velho, considerando o crescimento populacional previsto para a localidade. Prevê-se que 68 delas estarão destinadas à rede municipal e 14, à estadual.

Quanto à sede do distrito de Jaci-Paraná, foi estimada a criação de 08 novas salas de aula, uma vez que suas escolas já não conseguem atender à demanda existente.

Ao lado da ampliação da infra-estrutura física, serão oferecidos cursos de capacitação para os profissionais de ensino que irão trabalhar nas novas unidades escolares implantadas.

1.2.4 Procedimentos / Metodologia

Considerando o acréscimo da demanda por serviços educacionais e a pressão sobre a infra-estrutura existente, cabe ao empreendedor implantar medidas preventivas que evitem problemas para a população e para o poder público.

Para isso, o primeiro passo a ser dado deverá ser a busca de entendimento e o estabelecimento de convênios e parcerias com a administração municipal e as concessionárias públicas responsáveis pelos serviços de ensino - Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal de Educação. O poder público será responsável pela implantação das medidas, cabendo ao empreendedor arcar com os custos necessários à implantação das ações descritas a seguir.

Para subsidiar o planejamento das ações voltadas para a adequação do sistema educacional do município de Porto Velho, torna-se necessário elaborar um diagnóstico atualizado dos serviços educacionais existentes, considerando tanto as escolas públicas (municipais e estaduais) quanto as particulares. Uma vez que a Secretaria Municipal de Educação já tem um diagnóstico das escolas sob sua responsabilidade, torna-se necessário somente fazer sua atualização. Esse diagnóstico deverá retratar, entre outros, os seguintes aspectos:

- número total de escolas públicas (municipais e estaduais) e particulares;
- cursos oferecidos;
- número de salas de aula, por série e por escola;
- equipamentos existentes nas escolas;
- número de docentes, por disciplina e por escola;

- número de outros funcionários que trabalham nas escolas;
- número de alunos freqüentes, total e por série freqüentada;
- existência de vagas nas escolas, por série e período;
- escolas com existência de terrenos que permitam a ampliação do prédio;
- prédios escolares que necessitam de reforma;
- terrenos públicos que permitam a implantação de novos prédios escolares etc.

Após o conhecimento da realidade atual e diante das estimativas de chegada de pessoas, incluídas na categoria de usuários do sistema de ensino, terá início a fase de elaboração e execução de projetos, objetivando a adequação da infra-estrutura física, através de reforma, ampliação e/ou construção de novas unidades escolares e compra de equipamentos, bem como a capacitação de profissionais do ensino (docentes e outros).

As estimativas feitas para a população direta e indiretamente atraída pela implantação o AHE Santo Antônio (ver Tabela 2) apontam que, no ano de 2011, haverá um contingente de 9.581 pessoas nas faixas etárias de 06 a 19 anos, assim distribuídas:

- 650 com 06 anos de idade, correspondentes a crianças atendidas pela educação infantil;
- 5.309 nas faixas etárias de 07 a 14 anos, correspondendo a alunos do ensino fundamental;
- 2.138 nas faixas etárias entre 15 e 17 anos, correspondendo a alunos do ensino médio;
- 1.484 terão entre 18 e 19 anos de idade, correspondendo a potenciais alunos da EJA.

Assim, será necessária a ampliação da rede de ensino, através da criação de novas salas de aula, além da contratação e capacitação de novos profissionais voltados para atendimento desse público.

1.2.5 Responsabilidades

A responsabilidade pelo desenvolvimento das ações aqui previstas é do empreendedor, que deverá realizar convênios com as instituições competentes – Secretarias Estadual e Municipal de Ensino – para sua efetiva realização.

Para o cálculo do total de novas salas de aula a serem construídas na cidade de Porto Velho, considerou-se os números antes referidos, ao lado de outras variáveis, como o fato de que cada sala de aula comporta até 40 alunos e que as escolas funcionam em três turnos (manhã, tarde e noite). Dessa forma, deverão ser criadas 82 novas salas de aula na cidade de Porto Velho, distribuídas da seguinte forma:

- 06 salas de aula destinadas à educação infantil;
- 45 salas de aula destinadas ao ensino fundamental;
- 18 salas de aula destinadas ao ensino médio;
- 13 salas de aula destinadas à educação de jovens e adultos.

Com relação à ampliação da infra-estrutura educacional da sede distrital de Jaci-Paraná, deverão ser construídas 08 novas salas de aula anexas às escolas atualmente existentes na localidade, sendo 04 para a rede municipal e 04 para a rede estadual de ensino.

Ao lado dessas ações, o empreendedor também deverá promover medidas para estimular a oferta de vagas nas escolas da rede particular existente na cidade de Porto Velho, bem como estimular a implantação de novas escolas por grupos particulares que atuam na área educacional em outros locais do país, aumentando a oferta de ensino e diminuindo a pressão sobre os serviços públicos de educação.

Além da implantação das medidas de adequação dos serviços de ensino para atendimento aos migrantes, torna-se necessário o monitoramento das ações a serem implementadas, visando a ajustes nas estimativas realizadas. Para tanto, serão utilizadas as informações obtidas através do acompanhamento do número de matrículas e evasão escolar (Anexo IV), bem como os demais indicadores de monitoramento da expansão populacional, descritos no item 1.1.2 deste documento.

1.2.6 Relatórios / Produtos

Prevê-se a emissão de relatórios trimestrais com a análise dos dados obtidos, sendo que o primeiro relatório deverá ser apresentado em junho de 2008, e assim sucessivamente até dezembro de 2016, ano de conclusão da implantação do empreendimento.

1.2.7 Cronograma

O Cronograma de atividades de apoio ao município na condução da questão educacional está apresentado no Anexo XI.

1.2.8 Interfaces com outros Programas

Este tema tem interface com:

- Programa de Compensação Social, do qual é parte integrante;
- Programa de Gerenciamento Ambiental;
- Programa de Comunicação Social e de Educação Ambiental.

1.3 Habitação

Apresenta-se, a seguir, a análise da questão habitacional sob o ponto de vista dos programas ambientais, procurando detalhar as ações do empreendedor no que diz respeito ao tema.

1.3.1 Justificativa

Os estudos relativos à estimativa de população atraída – item 1.1 – indicaram que, no período de maior pico das obras, a cidade de Porto Velho irá receber 2.115 famílias de trabalhadores contratados pelo empreendedor e 7.032 famílias indiretamente atraídas pelas oportunidades criadas a partir da implantação da Usina, totalizando 9.147 novas famílias na cidade.

Se, por um lado, o crescimento populacional proporcionará a dinamização de vários setores da economia local, por outro, é indicativo de novos desafios para o poder público, que já enfrenta um quadro de carências e precariedade que caracteriza o espaço urbano de Porto Velho.

De fato, a situação atual do município tem origem no histórico de sua ocupação, caracterizado por intenso processo migratório, notadamente na década de 1980, quando se iniciou o chamado “Ciclo do Ouro”. A partir da descoberta do metal no Rio Madeira (1981), houve a instalação do Estado de Rondônia (1982) e a pavimentação da BR-364, rodovia que atravessa a cidade e liga o sul-sudeste do País ao Acre (1983/84).

À intensidade do crescimento urbano da cidade de Porto Velho não corresponderam os necessários investimentos do setor público, o que resulta na formação de periferias desprovidas dos serviços básicos. Além disso, com o declínio do ouro, os anos 90 foram marcados pela estagnação econômica, o que provocou o agravamento dos problemas urbanos.

Ressalta-se que o sítio onde se assenta a cidade mostra a presença de uma extensa e intrincada rede hidrográfica sobre topografia plana, o que dificulta o escoamento superficial.

A questão da propriedade urbana é outro fator decorrente do processo de formação do município: boa parte dos terrenos, ocupados de forma desordenada, não é regularizada. E, como se sabe, a regularização da propriedade é importante na medida em que possibilita melhores condições de acesso a financiamentos e crédito para investimento nos imóveis e induz a execução de melhorias nos mesmos, face à segurança adquirida pelos proprietários.

Conforme citado no documento elaborado pelo Ministério Público a respeito dos Estudos Ambientais das Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, levantamentos feitos pela Cobrape na Prefeitura Municipal de Porto Velho indicaram um percentual de cerca de 70% de imóveis em situação de irregularidade no município, principalmente por questões fundiárias. Além da velocidade da ocupação e do parcelamento do solo, ocorridos na década de 80, a condição inicial de Território, onde havia grande indefinição quanto à propriedade dos terrenos, contribuiu para a dificuldade atual de regularização da posse.

A Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação – SARMU tem concentrado sua atuação na regularização fundiária dos assentamentos mais precários e na definição de uma política habitacional de interesse social, o que poderá, a médio e longo prazo, reverter o quadro atual.

No curto prazo, contudo, mesmo que várias ações sejam empreendidas, deverá prevalecer ainda um quadro de carência, dado o déficit habitacional registrado na cidade. De acordo com trabalho desenvolvido em 2004 pela Fundação João Pinheiro, em 2000 a cidade de Porto Velho possuía um déficit habitacional da ordem de 10.600 unidades, grande parte dele atribuído a problemas de inadequação.

A chegada de um novo contingente populacional à cidade, ao mesmo tempo em que dinamizará o mercado imobiliário, gerando renda para vários proprietários e empreendedores da construção civil, poderá provocar movimentos especulativos e ajustes na relação da oferta e procura de unidades habitacionais que resultarão em elevação dos preços e, conseqüentemente, em prejuízo para aqueles que vivem de aluguel ou em casas cedidas.

De acordo com informações de agentes do mercado imobiliário local, em 2007 já se observava a elevação dos preços dos imóveis para aluguel, em função da expectativa de aumento da demanda.

Há que se considerar ainda os riscos de ocupação e adensamento de áreas impróprias a edificações, como resultado do crescimento da demanda de baixa renda que não interessa ao mercado atender, aliados à dificuldade do poder público em responder às pressões.

Estudo elaborado pela Cobrape estimou em 800 ha a área de vazios urbanos existentes em Porto Velho e uma densidade praticada de 34 hab/ha. Mantendo-se essa densidade, a malha urbana existente seria capaz de abrigar 27.200 habitantes. Utilizando uma densidade um pouco maior³, de 50 hab/ha, esses vazios poderiam abrigar até 40.000 habitantes. De qualquer modo, a precariedade de áreas já urbanizadas e a possibilidade de que muitos desses vazios não se configurem como áreas propícias à ocupação reforçam a idéia de que há necessidade de investir em novos parcelamentos.

Informações coletadas no CREA e em imobiliárias locais indicam que a iniciativa privada está mobilizada para a oferta de novas unidades habitacionais em Porto Velho, estimando-se em cerca de 2.000 apartamentos atualmente em construção na cidade. Segundo informado, a maior parte dos projetos é voltada para as classes de média e alta renda. Alguns lançamentos direcionados para as classes de menor poder aquisitivo situam-se em patamares de preços ainda elevados para grande parte da população e, possivelmente, dos migrantes. Nos últimos três anos, cinco conjuntos de casas populares, somando cerca de 1500 unidades, foram viabilizados pelo Programa de Arrendamento Residencial – PAR, do Governo Federal, e mais dois estão sendo construídos. Contudo, para a parcela da população com renda inferior a três salários mínimos, as unidades produzidas pelo PAR também são de difícil acesso. Casas de padrão popular, em bairros afastados da área central, custariam em torno de 50 mil reais. Finalmente, há informações de que unidades habitacionais unifamiliares estão sendo construídas por pessoas não ligadas ao mercado habitacional, antevendo a possibilidade de obtenção de renda com aluguel ou venda.

Diante do exposto, acredita-se que o mercado imobiliário local está apto a oferecer moradia aos trabalhadores da obra e à parcela da população atraída com condições de arcar com os custos de aluguel ou compra em situação de um mercado aquecido e, provavelmente, com preços majorados por questões especulativas.

A principal questão do acesso à moradia, contudo, permanece para os que têm rendimento abaixo de três salários mínimos, sejam eles atuais moradores em casas cedidas e alugadas ou população atraída.

Conforme explicitado em Cartilha disponibilizada em 10 de janeiro de 2008, através da Rede Plano Diretor do Ministério das Cidades – link Biblioteca, a atual política habitacional em curso no município de Porto Velho é voltada para famílias com renda até seis salários mínimos. De acordo com tal publicação, a Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária estabeleceu convênio com o Governo Federal / Ministério das

³ Na cidade se observa uma tendência recente de verticalização, dispersa na mancha urbana.

Cidades e com a Caixa Econômica Federal para a criação e execução de uma política habitacional que garanta a qualidade de vida a todos.

Na Tabela 4, estão reproduzidos os programas habitacionais disponibilizados pelo Ministério das Cidades e previstos no âmbito da política habitacional do município de Porto Velho.

Entre eles se destacam os programas de Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional e de Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários, o Pró-moradia e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que contam com a participação direta da administração pública municipal em sua condução e implementação.

Os Programas de Apoio ao Poder Público, no caso o município, prevêm o repasse de recursos do Orçamento Geral da União mediante contrapartida do ente federativo ou órgão receptor, constituída por recursos financeiros, bens ou serviços financeiramente mensuráveis, passíveis de compor o investimento.⁴

TABELA 4

PROGRAMAS HABITACIONAIS DISPONIBILIZADOS PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Especificação	Programas / Ações
Construção de Unidades Habitacionais	Apoio ao poder público para construção habitacional
	Programa de Subsídio à Habitação
	Carta de Crédito Individual
	Carta de Crédito Associativo
	Programa de Arrendamento Residencial – PAR
	Programa de Crédito Solidário
Produção de Lotes Urbanizados	Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional
Urbanização de Assentamentos Precários	Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários
	Pró-moradia
	Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

Cabe destacar que, desde 2005, o município já foi contemplado com a soma aproximada de 37 milhões dos seguintes Programas: de Habitação de Interesse Social – HIS; de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH e Programa de Urbanização, Regulamentação e Integração de Assentamentos Precários, com uma estimativa de 47.400 beneficiários. Desse montante, 68% foram repassados em 2007 e 5% estão garantidos para 2008.

Tais investimentos deverão atuar na redução do atual déficit habitacional, uma vez que parcela dele se deve a problemas de inadequação da moradia, inclusive quanto à ausência de saneamento básico.

⁴ O aporte de contrapartida é obrigatório e será calculado em valor correspondente aos percentuais estabelecidos pelo MCidades, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vigente e com base no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), variando de 3 a 30%, no caso de municípios, e 10 a 40%, no caso do DF e dos estados.

1.3.2 Base legal

A base legal para o município de Porto Velho atuar sobre a questão habitacional é dada pela Constituição Federal que, em seu artigo 23, define:

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.”

A administração de Porto Velho está desenvolvendo, com apoio de uma consultoria externa, estudos específicos para a definição da Política Municipal de Habitação, que deverá resultar em legislação específica.

A parceria com o Ministério das Cidades para a implementação de Programas oferecidos pelo Governo Federal pressupõe, obviamente, a observação da legislação específica que orienta a formulação e condução dos mesmos.

O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, com o objetivo de implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.

O Sistema centraliza todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, sendo integrado pelos seguintes órgãos e entidades: Ministério das Cidades, Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, Caixa Econômica Federal, Conselho das Cidades, Conselhos, Órgãos e Instituições da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios relacionados às questões urbanas e habitacionais, entidades privadas que desempenham atividades na área habitacional e agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional.

A Lei nº 11.124 também instituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que centraliza os recursos orçamentários dos programas de Urbanização de Assentamentos Subnormais e de Habitação de Interesse Social, inseridos no SNHIS. O Fundo é composto por recursos do Orçamento Geral da União, do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS, dotações, recursos de empréstimos externos e internos, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais e receitas de operações realizadas com recursos do FNHIS. Esses recursos têm aplicação definida pela Lei, sendo a assinatura de um Termo de Adesão ao SNHIS uma das exigências para os governos dos estados, do Distrito Federal e as prefeituras requererem recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. O município de Porto Velho assinou o Termo de Adesão em fevereiro de 2007.

Está também em curso, no município, a elaboração de um novo Plano Diretor, que estabelecerá a política de ordenamento do território, garantindo o cumprimento da função social da propriedade urbana.

Em versão preliminar, ainda não aprovada na Câmara Municipal mas já apresentada e discutida em audiências públicas, o Plano Diretor de Porto Velho apresenta como propostas relativas à questão da moradia, entre outras, as seguintes:

“Desenvolver e implantar amplo programa de regularização e urbanização de áreas de ocupação precária;

Promover programas de qualificação de mão-de-obra e disseminação de tecnologias apropriadas e prestar orientação e apoio técnico à auto-gestão da construção de habitação de interesse social;

Reduzir a inadequação habitacional, estabelecendo programas para implantação de infraestrutura e serviços urbanos em todo o perímetro urbano.”

As ações voltadas à solução de problemas habitacionais a serem apoiadas pelo empreendedor deverão, portanto, estar em consonância com as diretrizes do Plano Diretor e com a Política Municipal de Habitação de Porto Velho, bem como com as políticas habitacionais do Estado de Rondônia.

1.3.3 Objetivos

O objetivo principal do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, no que concerne à habitação, é auxiliar a administração municipal a implementar programas, projetos ou ações que contribuam para evitar o agravamento dos problemas habitacionais identificados no município, em decorrência da implantação da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio.

1.3.4 Metas/resultados esperados

A meta das ações propostas é contribuir para a implementação da política habitacional explicitada pelo município (ver item 1.3.1), mediante a elaboração de projetos urbanísticos, arquitetônicos e seus complementares que constituirão parte da contrapartida do município necessária à obtenção de recursos do Programa de Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional, disponibilizado pelo Ministério das Cidades.

Para estimar o montante de famílias atraídas com rendimento médio mensal abaixo de três salários mínimos a serem atendidas pelo citado Programa Federal, foi adotada a distribuição de renda familiar da população urbana do Estado de Rondônia a partir da informação de renda *per capita* informada no Censo Demográfico 2000, do IBGE. Considerando uma família média de quatro pessoas, obteve-se um percentual de 27,0% de famílias em faixas de renda até três salários mínimos. Tendo em vista a previsão de 7.032 famílias atraídas, estima-se em 1.900 as famílias nessa situação.

1.3.5 Procedimentos / Metodologia

Considerando a meta antes mencionada, este subprograma pressupõe, *a priori*, a participação da Prefeitura Municipal de Porto Velho na definição do local ou dos locais no município onde serão implementados os projetos habitacionais.

Para o desenvolvimento dos projetos propostos, o primeiro passo deverá ser, portanto, a busca de entendimento com a Secretaria Municipal de Regularização Fundiária e Habitação, que deverá definir o local ou os locais destinados à implantação dos conjuntos habitacionais e os parâmetros a serem adotados na elaboração dos projetos. O cumprimento da meta estabelecida, ou seja, a elaboração de projetos urbanísticos, arquitetônicos e complementares para atendimento a 1.900 famílias será avaliada através da análise de

conclusão e aprovação, pelos órgãos da administração municipal, dos projetos que contemplem o número total de unidades habitacionais previstas.

Cabe destacar que esse montante de unidades habitacionais poderá estar distribuído em mais de um conjunto, dependendo da disponibilidade de terrenos na malha urbana e do interesse da administração pública quanto à localização dos mesmos, exigindo, portanto, a elaboração de tantos projetos urbanísticos quanto forem necessários para contemplar as 1.900 novas moradias.

1.3.6 Responsabilidades

As ações propostas no âmbito deste tema, ou seja, a elaboração dos projetos urbanísticos, arquitetônicos e complementares são de responsabilidade do empreendedor, sendo necessária a contratação de equipe constituída por profissionais da área de arquitetura, engenharia e topografia para a elaboração dos mesmos.

A partir desta definição, o empreendedor, através de sua Gerência Ambiental, deverá providenciar a contratação dos serviços de elaboração dos projetos e levantamentos necessários à execução dos mesmos.

1.3.7 Relatórios / Produtos

Os produtos previstos, no que se refere à habitação, são os projetos urbanísticos dos conjuntos ou conjunto habitacional, os projetos complementares – geométrico, de terraplenagem / greides, pavimentação e drenagem - e os projetos das tipologias habitacionais propostas. Deverá ser elaborado, também, um relatório final, a ser emitido após a conclusão da elaboração dos projetos, sintetizando e informando sobre seu conteúdo.

1.3.8 Cronograma

As atividades de apoio ao município, no que se refere à questão habitacional, serão iniciadas em março de 2.008 e concluídas até setembro de 2008, de modo a possibilitar o encaminhamento do Projeto ao Ministério das Cidades até o início da obra.

1.3.9 Interfaces com outros Programas

Como um tema do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, a questão da habitação se insere no contexto dos demais componentes do mesmo, relacionando-se diretamente com a estimativa de atração de trabalhadores e migrantes em decorrência da implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e com o monitoramento do crescimento populacional, também previstos no âmbito do Programa de Compensação Social.

1.4 Saneamento Básico – Projeto e Construção de Aterro Sanitário para Porto Velho

No Estudo de Impacto Ambiental os aspectos relacionados ao saneamento básico de Porto Velho foram identificados como necessitando de um mínimo de apoio, uma vez que com atração de população devido à implantação do AHE Santo Antonio, os serviços de abastecimento doméstico, esgotamento sanitário e de resíduos urbanos, que não atendem satisfatoriamente às necessidades da população residente, sofreriam um aumento de demanda. Dessa forma, haveria a necessidade de apoiar a melhoria destes serviços.

Ocorre que, o Governo Federal em seu Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, também identificou esta carência de saneamento básico no município e Porto Velho, e destinou à Prefeitura uma verba em torno de R\$650 milhões para saneamento e construção de casas populares, tornando - a uma das unidades da Federação que mais receberão recursos do PAC.

Algumas informações e notícias ilustram as afirmações retro mencionadas:

-“Este ano, a prefeitura deverá começar a executar os projetos de saneamento para expandir o tratamento de esgoto, que atualmente só atende a 3% da população, e universalizar o abastecimento de água, hoje restrito a 50% dos moradores.” (Agencia Brasil,21/01/08)

- “Também estão previstas 1,2 mil casas populares para famílias que vivem em torno de canais e palafitas às margens do Rio Madeira. Somente na expansão da rede de esgoto o recurso destinado é de R\$ 351 milhões, além dos R\$ 5 milhões disponibilizados para a elaboração do projeto. Atualmente, de acordo com o prefeito apenas 3% das ruas da capital são atendidas com esgoto sanitário. Para expandir a rede de água, o Governo Federal liberou R\$ 73 milhões. “Agora toda a população vai ser assistida com água tratada e esgoto. Isso significa mais saúde para os moradores”, ressaltou.” (site da Prefeitura,13/09/07)

De acordo com site RONDONIADINAMICA.COM em 23/1/2008 / 10:57

-“Os primeiros recursos do pac começaram a ser liberados para a capital já no primeiro trimestre de 2007, quando se iniciou a efetivação de assinaturas de contratos entre a prefeitura e a superintendente da caixa econômica federal em rondonia. o primeiro repasse, em 12 de março de 2007, foi de r\$ 9.975.000,00, em outubro o município recebeu um maior montante: r\$ 95 milhões. no dia 09 de outubro, em comunicado oficial, roberto sobrinho informou que, dos r\$ 95 milhões, 35, 4 milhões seriam investidos na drenagem e urbanização do canal santa bárbara; r\$ 37, 3 milhões em urbanização de favelas e em obras nos canais dos tanques, penal, tancredo neves, caladinho, castanheiras e pantanal; outros r\$ 22, 4 milhões seriam destinados para obras no igarapé grande e urbanização de favelas. o prefeito também prometeu que os recursos do pac seriam investidos na construção de 1.200 casas para pessoas que moram em situação de risco, às margens dos canais e igarapés, em vários bairros da capital; em trabalho social com as famílias; naregularização fundiária e urbanizações. no total, porto velho vai receber r\$ 645 milhões via pac, e o prefeito roberto sobrinho prometeu que mais da metade desse recurso vai ser investido na expansão das redes de água e esgoto, que atenderão todos os bairros da cidade – cabe a população acompanhar o cumprimento das promessas, ciente de que as obras viabilizadas pelo pac são obrigação dos executivos municipais, e direito do povo.” (www.rondoniadinamica.com)

1.4.1 Justificativa

Conforme visto anteriormente, a questão dos resíduos sólidos urbanos de Porto Velho, parece não ter sido contemplada no PAC, pelo menos até os dias de hoje – janeiro de 2008.

Por isso mesmo, optou-se pela iniciativa de acrescentar a construção de um aterro sanitário para a cidade de Porto Velho, como uma medida de compensação social para a população em decorrência da atratividade das obras do AHE Santo Antonio.

1.4.2 Objetivos

- Estabelecer convênio entre a empresa Madeira Energia S. A e a Prefeitura Municipal de Porto Velho, RO visando a implantação de um aterro sanitário no município;
- Elaborar o projeto executivo de um aterro sanitário para atender a cidade de Porto Velho;
- Obter o licenciamento ambiental para o aterro sanitário;
- Executar as obras para implantação do aterro sanitário conforme projetado;
- Entregar a obra, pronta para operação, à administração municipal.

1.4.3 Metas/Resultados Esperados

Entregar para a Prefeitura de Porto Velho, RO um aterro sanitário com vida útil prevista para 25 anos.

1.4.4 Responsabilidades

Caberá à empresa Madeira Energia S.A.- MESA:

- Participar do Convênio entre a empresa e a Prefeitura Municipal;
- Arcar com os custos envolvidos na elaboração do projeto executivo e da construção do aterro;
- Arcar com os custos de consultoria de engenharia para atender as atividades previstas e orientar as partes na implantação do aterro, compatibilizando e acompanhando as atividades das mesmas;
- Elaborar o projeto executivo do aterro sanitário para aproximadamente 25 anos de utilização;
- Executar as obras para implantação do aterro sanitário;
- Entregar a obra, pronta para operação, à administração municipal.

Caberá à Prefeitura Municipal:

- Participar do Convênio entre a empresa e a Prefeitura Municipal;
- Arcar com os custos envolvidos para aquisição, registro e liberação do terreno, planta topográfica e sondagens;
- Indicar o terreno de sua propriedade sem passivos ambientais ou de qualquer natureza para implantação do aterro sanitário;
- Fornecer planta topográfica do terreno selecionado, em escala 1:50, bem como resultados de sondagens em quantidades suficientes para caracterização do terreno de acordo com parâmetros técnicos de engenharia necessários para o projeto do aterro;
- Obter, junto aos órgãos competentes, o licenciamento ambiental para implantação do aterro;
- Receber a obra, e operar o aterro sanitário municipal.

1.4.5 Relatório/Produtos

Para acompanhamento das atividades serão emitidos relatórios trimestrais contendo:

- Convênio assinado entre as partes;
- Escritura do terreno;
- Planta topográfica /Resultados de sondagens;
- Projeto executivo do aterro;
- Estudos Ambientais;
- Licença Prévia, Licença de Instalação, Licença de Operação;
- Início e fim das obras;
- Recebimento do Aterro/Encerramento do Convênio

1.4.6 Cronograma

O Cronograma de Atividades está apresentado no Anexo XI.

1.4.7 Interface com outros Programas

Não há.

1.5 Segurança pública

Esta proposta foi elaborada considerando as informações disponíveis nos estudos que integram o processo de licenciamento ambiental o AHE Santo Antônio, realizados quando da concessão da Licença Prévia, e a partir de informações repassadas pelo Comando da Polícia Militar, vinculado à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania de Rondônia.

1.5.1 Apresentação/Justificativa

A perspectiva de alteração no perfil da criminalidade no município está associada predominantemente à fase de construção do empreendimento, em decorrência do crescimento populacional e da atração de pessoas em busca de trabalho, oriundas de lugares diversos e com hábitos e costumes diferentes.

Esse crescimento demográfico poderá significar sobrecarga no serviço de segurança pública de Porto Velho contribuindo para queda na qualidade do atendimento prestado atualmente à população local.

O âmbito de aplicação das medidas recomendadas é o município de Porto Velho, sendo o público-alvo, de maneira especial, constituído pela população urbana.

1.5.2 Objetivos

As propostas aqui apresentadas têm como objetivo contribuir para que não ocorra queda na qualidade do serviço de segurança pública do município de Porto Velho, em decorrência da implantação o AHE Santo Antônio.

1.5.3 Metas

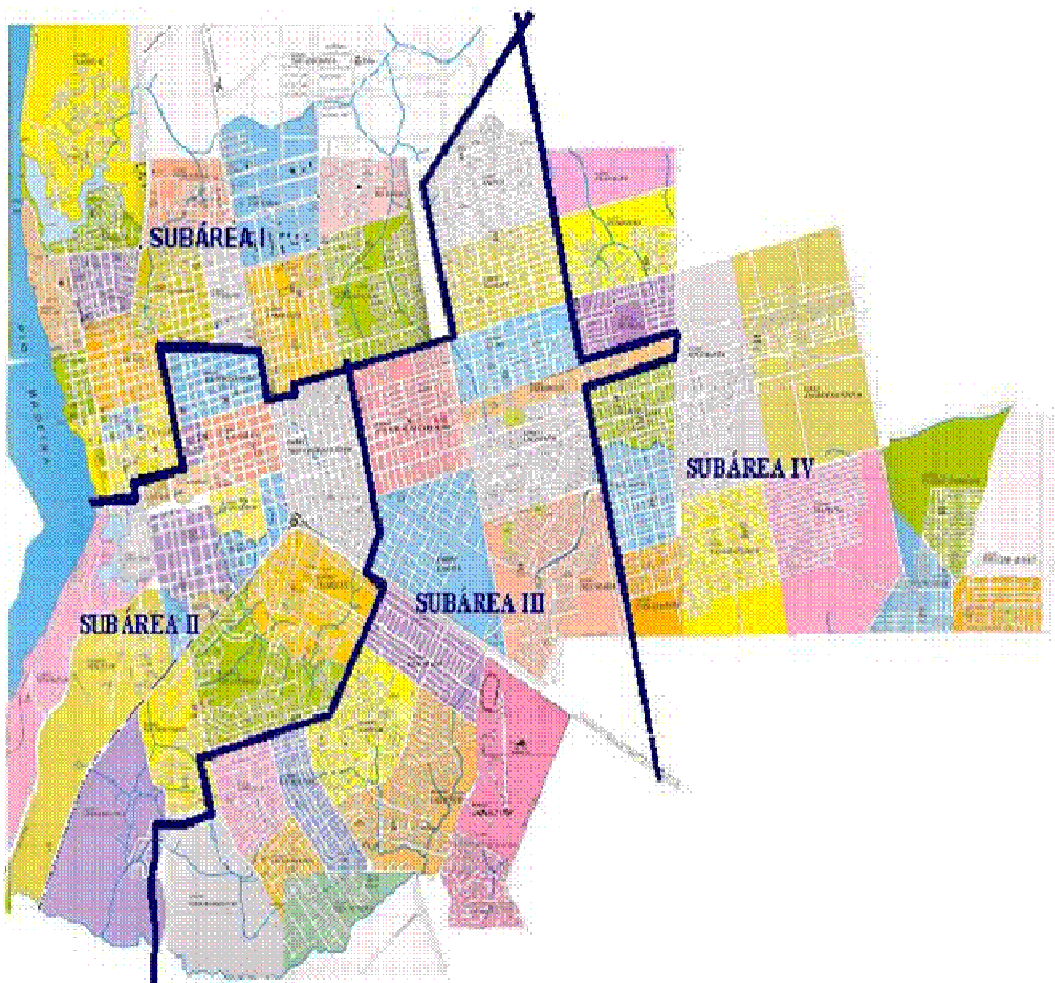
A meta é promover e estreitar os contatos com os órgãos e instituições públicas competentes, visando a que o empreendedor possa contribuir diretamente no processo de adequação do serviço de segurança pública do município, através de estabelecimento de convênio.

1.5.4 Metodologia

Na definição das ações de segurança pública a desenvolver, no âmbito do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, considerou-se pertinente adotar o planejamento operacional já elaborado pela Polícia Militar do Estado de Rondônia.

O trabalho desenvolvido pela instituição foi concebido com base na identificação dos “aspectos relevantes de cada bairro, como população, índice de criminalidade, área territorial e vias de acesso” e os resultados desses levantamentos permitiram “a divisão territorial da cidade, criando 16 Setores de Policiamento que foram reagrupados em 4 Subáreas”, conforme ilustra a Figura 1, a seguir.

A finalidade da citada setorização foi atribuir responsabilidade territorial pela execução do policiamento e implementar a integração territorial entre as Polícias Civil e Militar na prestação do serviço de segurança pública no município de Porto Velho.



Fonte: Polícia Militar do Estado de Rondônia - Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania/2004

Figura 1 - Divisão territorial de Porto Velho

O primeiro trabalho a ser desenvolvido, portanto, no contexto do presente tema, é o contato com os órgãos e instituições públicas competentes, visando ao início da discussão sobre a possibilidade de estabelecimento de convênio entre elas e o empreendedor.

As referências adotadas na construção da presente proposta foram extraídas do Programa de Comando, produzido pela Secretaria de Estado antes referida, que apresenta um conjunto de diretrizes e orientações das atividades a serem desenvolvidas para construção de um “novo modelo de policiamento para a região urbana do Município de Porto Velho”.

Considerou-se adequado assumir os encaminhamentos oriundos do Programa de Comando, que estabelece como “diretriz a filosofia do policiamento comunitário, e como fundamentos a divisão territorial em setores de policiamento, a descentralização das decisões, a responsabilidade territorial pela redução do índice de criminalidade e a proximidade do Comando junto à Comunidade a que presta serviços”. A estratégia adotada foi discutida pelos órgãos competentes do Estado e segue uma condução similar à política de segurança adotada em outros centros urbanos.

No contexto do plano de atuação do Comando, entre outros aspectos, são estabelecidas como políticas e diretrizes de atuação das instituições envolvidas:

- Integrar as ações das Polícias Civil e Militar para atuarem em perfeita harmonia no combate à criminalidade, resguardando-se as competências constitucionais, assim como promover ampla integração operacional com as Polícias Federal e Rodoviária Federal, Forças Armadas e órgãos policiais dos demais Estados da Federação;
- Desenvolver uma programação de relações comunitárias que propicie a polícia integrar e interagir com a comunidade;
- Qualificar os recursos humanos das polícias, corpo de bombeiros e SUPEN para melhor desenvolverem suas atribuições constitucionais;
- Desenvolver um sistema de inteligência policial dedicado à busca de dados, seu processamento, análise e distribuição de informações necessárias ao planejamento estratégico, tático e operacional;
- Utilizar moderna tecnologia e equipamentos apropriados para antecipar as ações que afetam a segurança pública, prevenindo sua ocorrência, bem como atuar com eficácia no sentido de restaurar a ordem pública;
- Desenvolver nos órgãos responsáveis pela segurança pública, a partir dos cursos de formação, consciência institucional do respeito aos direitos humanos e as garantias constitucionais;
- Implantar unidades móveis de mediação e gerenciamento de conflitos, articulado com o Ministério Público em cidades com problemas agrários;
- Realizar o acompanhamento e a avaliação de resultados.

A dinâmica proposta é interessante e caberá ao empreendedor a efetivação do convênio e o repasse de recurso financeiro, contribuindo diretamente para viabilizar a adequação do serviço de segurança pública no município de Porto Velho.

1.5.5 Responsabilidades

A condução das ações pertinentes a este tema será de responsabilidade do empreendedor, em parceria com os órgãos estaduais e municipais de segurança, atuantes no município de Porto Velho.

1.5.6 Relatórios / Produtos

Visando ao acompanhamento da realidade municipal, deverá ser previsto, no escopo do convênio, a produção de relatórios trimestrais, que serão encaminhados às instituições ambientais competentes.

1.5.7 Cronograma

O Cronograma de atividades está apresentado no Anexo XI.

1.5.8 Interfaces com outros Programas

Este tema tem interface com todos os demais subprogramas que integram o Programa de Compensação Social, em especial com o de qualificação de mão-de-obra, que poderá viabilizar cursos específicos que atendam à formação do efetivo policial civil e militar e do corpo de bombeiros do município.

Além da sinergia interna, o tema também terá interface com os seguintes Programas:

- Comunicação Social – ficará responsável pela produção do relatório trimestral e por contribuir na divulgação das atividades e dos resultados alcançados com a política de segurança implementada. Caso haja demanda, a equipe de comunicação também poderá participar da confecção de instrumentos a serem utilizados no encaminhamento das ações de segurança pública;
- Educação Ambiental – a relação de respeito ao meio ambiente é fundamental em qualquer meio social e, dessa forma, as ações de educação ambiental poderão ser adotadas como apoio no processo de integração entre os policiais e a comunidade.

1.6 Lazer

Apresenta-se, a seguir, o detalhamento das ações de apoio ao lazer sob a responsabilidade do empreendedor, recomendadas neste componente do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho.

1.6.1 Justificativa

Conforme mostrado no item relativo à estimativa de população atraída para a cidade de Porto Velho, a implantação o AHE Santo Antônio deverá atrair 9.147 novas famílias em busca de trabalho ou novas oportunidades de negócios criadas a partir do aumento populacional.

Entrevistas com informantes qualificados da atual administração municipal indicam que a cidade de Porto Velho acumula uma carência histórica de investimentos em lazer, esporte e que as ações em curso não são suficientes para suprir a atual demanda por equipamentos e serviços, apesar do esforço dos novos dirigentes municipais.

Nesse cenário, a previsão de aumento da demanda decorrente do acréscimo populacional poderá representar uma queda na qualidade dos serviços existentes, diagnosticados como insuficientes.

No município, a oferta de lazer é atribuição da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, que vem trabalhando na recuperação de praças e na construção de sete novos equipamentos, entre quadras cobertas e praças. Além disso, a administração municipal está buscando

recursos para a construção de um Complexo Olímpico projetado para a zona leste da cidade, onde existem altos índices de criminalidade. Espera-se, com o projeto, atuar na redução de tais índices a partir de uma perspectiva de inclusão social através do esporte. Durante as audiências públicas, a construção de centros comunitários destinados a uso múltiplo, incluindo esporte e lazer, foi demandada pelas comunidades de Jaci-Paraná, Morrinhos/Joana D'Árc/Ribeirinho e Porto Seguro, motivo pelo qual foram aqui incluídas ações que visam a atender essas demandas.

Outras demandas também relacionadas à questão do lazer, que surgiram durante as audiências públicas realizadas na região, serão tratadas em outros Programas deste PBA, tendo em vista a interdependência que possuem com os mesmos. É o caso do Programa de Apoio às Atividades de Turismo, cujas ações, além da promoção do turismo, resultarão em ampliação da oferta de lazer; do Programa Ambiental de Conservação e Usos do Entorno do Reservatório, que contemplará áreas específicas para a implantação de equipamentos de lazer; e do Programa de Remanejamento da População Atingida, que, independente da demanda específica das comunidades, incorporará projetos da mesma natureza.

1.6.2 Base legal

O direito ao lazer é assegurado pela Constituição Federal a todos os cidadãos, em seu artigo 6º. O dever do Estado em incentivá-lo, bem como em fomentar práticas desportivas formais e não formais, é estabelecido no Art. 217.

No Art. 227, é colocado como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade e entre outros, o direito ao lazer.

Como antes citado, existe na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Porto Velho uma Secretaria com fins específicos de promover o esporte e lazer, visando ao cumprimento dessas obrigações constitucionais.

1.6.3 Objetivos

O objetivo principal do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho no que concerne ao lazer, é auxiliar a administração municipal em seu propósito promover o esporte e o lazer, com a oferta de equipamentos de lazer às comunidades que deles carecem.

1.6.4 Metas/resultados esperados

A meta do Programa é implantar equipamentos de esporte e lazer em comunidades do município de Porto Velho, carentes de tal infra-estrutura.

Essa meta será atingida através da implantação de quatro centros comunitários de uso múltiplo, incluindo lazer e esporte, dirigidos às comunidades de Jaci-Paraná e de Morrinhos, na margem direita do Rio Madeira, e de Joana D'Árc e de Porto Seguro, na margem esquerda.

1.6.5 Procedimentos / Metodologia

Para a construção dos quatro centros comunitários e de esporte e lazer, prevê-se como procedimento inicial o levantamento de terrenos disponíveis para a implantação dos mesmos nas localidades e a discussão com os moradores quanto ao programa arquitetônico do equipamento a ser implantado. O levantamento dos terrenos disponíveis será conduzido pelo empreendedor, com apoio da administração pública municipal e dos moradores.

Concomitantemente, será contratada pelo empreendedor uma equipe de arquitetos e engenheiros para elaborar os projetos básicos e executivos. Os projetos básicos serão apresentados e discutidos com as respectivas comunidades e deverão ser aprovados por Prefeitura e empreendedor, antes da fase de elaboração dos projetos executivos e seus complementares (ou seja, cálculo estrutural, hidro-sanitário, elétrico e paisagístico). Uma vez concluídos todos os projetos, as obras de execução serão licitadas e contratadas. Posteriormente, esses equipamentos deverão ser repassados à Administração Municipal, que poderá delegar sua gestão às comunidades beneficiadas.

1.6.6 Responsabilidades

A responsabilidade pela elaboração dos projetos e execução das obras é do empreendedor, que contará com a disponibilização de terrenos públicos para a implantação dos equipamentos.

1.6.7 Relatórios / Produtos

Deverão ser elaborados, pelas entidades parceiras, relatórios trimestrais de andamento dos trabalhos.

As obras concluídas constituem os produtos a serem entregues à administração pública municipal, que se responsabilizará por seu gerenciamento, podendo delegar ou não tal responsabilidade às respectivas comunidades.

1.6.8 Cronograma

O Cronograma de Atividades está apresentado no Anexo XI.

1.6.9 Interfaces com outros Programas

Como um componente do Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho, a questão do lazer relaciona-se com os demais componentes do mesmo subprograma e com as outras ações do Programa de Compensação Social.

Há também interdependência com o Programa de Apoio às Atividades de Turismo; o Programa Ambiental de Conservação e Usos do Entorno do Reservatório; e o Programa de Remanejamento da População Atingida.

2.0 SUBPROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

A qualificação da população, um dos componentes deste Programa de Compensação Social

- Apoio ao Município de Porto Velho, é voltada para públicos específicos:
- Os trabalhadores individuais, para o trabalho na construção da usina, em estabelecimentos do setor privado voltados para o atendimento ao acréscimo de demanda, ou em projetos específicos;
- Os empresários, produtores autônomos ou familiares que desejam se organizar, especializar ou aprimorar sua atividade com o objetivo de tornar-se fornecedor das empresas envolvidas na implantação o AHE Santo Antônio.

As ações propostas encontram-se subdivididas em dois grupos, aquelas voltadas para a Qualificação de Mão-de-Obra e as dirigidas à Qualificação de Fornecedores, que envolve o atendimento a todo tipo de organização de produtores, associações, cooperativas e empresas.

2.1 Qualificação de Mão-de-obra

Este item contempla as ações do empreendedor para capacitação da mão-de-obra no município de Porto Velho voltada para as funções a serem diretamente contratadas nas obras de construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio ou para atender a ações ambientais específicas recomendadas em outros programas constantes do PBA.

Procura-se também complementar uma ação já iniciada por instituições sediadas em Porto Velho, entre elas a Secretaria Estadual da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico – SEMDES e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, para qualificação de mão-de-obra voltada para o trabalho na usina ou nas várias atividades econômicas dinamizadas pelo aumento da demanda de mercadorias e serviços na região de entorno o AHE Santo Antônio. O denominado Plano Setorial de Qualificação Hidrelétrica – PLANSEQ é desenvolvido com recursos do Ministério do Trabalho e Emprego e qualificou, em 2006, cerca de três mil trabalhadores. Encontra-se em fase final de elaboração a proposta para a continuidade do programa, cuja meta é atingir, no médio prazo, um total de 29 mil pessoas qualificadas no município.

2.1.1 Justificativa

Nos Estudos de Impacto Ambiental, conforme mencionado anteriormente, foi utilizada como base para as estimativas de população a contratação de 70% da mão-de-obra para construção do empreendimento na cidade de Porto Velho. Essa percentagem de contratações locais influi diretamente sobre o volume do fluxo migratório que se dirigirá para Porto Velho e será ou não absorvido nos trabalhos de construção. Considera-se que, à medida que o mercado local tiver as condições necessárias para atendimento às demandas do empreendedor e firmas prestadoras de serviços, a contratação de trabalhadores na cidade de Porto Velho será maior, desestimulando pessoas de outras regiões a migrarem para a cidade.

A suposição adotada é que, quanto mais qualificada estiver a mão-de-obra local para atendimento às exigências de contratação na implantação do empreendimento, bem como nas atividades dinamizadas pela construção da usina, maior será a possibilidade de atingir ou mesmo superar a percentagem de trabalhadores locais utilizada nas estimativas, justificando assim a implantação desse conjunto de atividades.

Quanto à qualificação de mão-de-obra para projetos específicos, como o apoio às atividades de jusante, apoio ao município no tratamento das questões relacionadas ao lazer, à segurança pública e à educação, sua necessidade é justificada no âmbito dessas ações.

No que se refere ao Programa de Remanejamento da População Atingida, a proposta da qualificação de mão-de-obra é respaldada pela grande importância dada à questão pelas comunidades Ramal do Arrepido, Jaci-Paraná, Zeca Gordo, Betel, Porto Seguro, Padre Eterno, Santo Antônio e Engenho Novo/São Domingos que, nas reuniões participativas “elaboraram oito propostas que abordam questões referentes à capacitação, tanto de mão-de-obra para trabalhar na construção o AHE Santo Antônio, como nas atividades que já exercem, de forma a poderem participar mais ativamente do mercado”. Assim, esse público deverá ser contemplado também nas ações referentes à capacitação de fornecedores.

2.1.2 Objetivos

As atividades de Qualificação de Mão-de-Obra foram planejadas para atender a dois objetivos principais:

- Qualificar a população local para atender a demanda de mão-de-obra especializada que será gerada pela construção o AHE Santo Antônio;
- Qualificar mão-de-obra pertencente aos seguintes grupos de trabalhadores:
 - Membros de associações ou cooperativas de produção, visando uma melhoria no desenvolvimento de suas atividades;
 - Profissionais para o trabalho em hotéis, restaurantes, agências de viagem e outros estabelecimentos de prestação de serviços, inclusive familiares, voltados para o atendimento aos turistas;
 - Membros das famílias pertencentes às comunidades a serem relocadas que, nas reuniões participativas, colocaram como prioridade em suas reivindicações a qualificação para o trabalho, tanto na construção da usina hidrelétrica, como a melhoria de suas condições de produção para fornecimento de mercadorias às firmas construtoras;
 - Trabalhadores em setores de atividade mobilizados para o atendimento à demanda de produtos e serviços para o canteiro de obras, conforme descrito no item referente à capacitação de fornecedores;
 - Professores das redes de ensino público municipal e estadual contratados para ampliação dos serviços de educação oferecidos à população;
 - Corpo de efetivos da segurança pública pertencentes à polícia civil, militar e corpo de bombeiros.

2.1.3 Metas/resultados esperados

O resultado esperado com a implantação dessas ações é atingir-se a maior percentagem possível de trabalhadores contratados na região de Porto Velho. Tem-se como meta uma percentagem igual ou superior a 70% de trabalhadores residentes na região, entre toda a mão-de-obra contratada para implantação do empreendimento.

Em termos da capacitação de mão-de-obra para desenvolvimento de atividades específicas, a meta é oferecer aos participantes conhecimentos para melhor desenvolvimento dessas atividades, visando à melhoria da qualidade dos serviços ou produtos, do gerenciamento das atividades desenvolvidas pelos grupos, das condições de comercialização da produção, do aproveitamento dos produtos locais e ao desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis.

2.1.4 Procedimentos / Metodologia

As ações de Qualificação de Mão-de-Obra estão voltadas para a capacitação de trabalhadores residentes no município de Porto Velho com o objetivo de reduzir ao máximo os fluxos migratórios para a sede municipal. As ações encontram-se centralizadas na cidade de Porto Velho, apesar de também se prever seu deslocamento para outras localidades, como a sede do distrito de Jaci-Paraná ou de comunidades rurais, com a finalidade de atender a grupos específicos de pessoas a serem qualificadas.

A Qualificação de Mão-de-Obra aqui proposta deverá ser desenvolvida em duas linhas de atuação diferenciadas, conforme detalhado a seguir.

2.1.4.1 Qualificação Continuada de Mão-de-obra

As ações propostas neste item fazem parte de um programa de qualificação de mão-de-obra usualmente adotado pelo empreendedor denominado Programa de Qualificação Continuada – ACREDITAR, criado para qualificar a mão-de-obra local que atuará diretamente na construção do empreendimento. O processo de qualificação está estruturado em módulos definidos da seguinte forma:

- **Módulo Básico**

O Módulo Básico foi desenvolvido para prover as informações fundamentais que os trabalhadores deverão possuir para ingressar no canteiro de obras do empreendimento. Para esta etapa, serão ministrados cursos cujo conteúdo abrange cinco temas essenciais: Saúde, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Psicologia do Trabalho e Qualidade.

Este módulo tem uma carga horária de 32 horas/aula. Ao final, todos os participantes serão submetidos a um exame para aferir o aprendizado. Serão aprovados aqueles que atingirem aproveitamento igual ou superior a 70%. Os trabalhadores aprovados no Módulo Básico poderão escolher as funções em que desejem atuar no empreendimento e realizar os cursos respectivos, que fazem parte do Módulo Técnico, apresentado a seguir.

• Módulo Técnico

O Módulo Técnico foi desenvolvido para formar profissionais nas 16 principais funções demandadas na construção o AHE Santo Antônio que são: Pedreiro, Carpinteiro, Soldador, Armador, Vibradorista, Operador de Carregadeira, Operador de Caminhão Basculante, Operador de Caminhão Fora de Estrada, Operador de Motoniveladora, Operador de Escavadeira Hidráulica, Operador de Trator de Esteira, Operador de Carreta de Perfuração, Mecânico de Equipamento Leve, Mecânico de Equipamento Pesado, Eletricista de Alta Tensão e Eletricista de Corrente Alternada.

Os cursos têm carga horária que variam entre 32 e 153 horas/aula, divididas entre teoria e prática. A exemplo do Módulo Básico, os concluintes do Módulo Técnico serão submetidos a um exame para aferir o aprendizado. Os que atingirem aproveitamento igual ou superior a 70% serão aprovados e terão prioridade na contratação para o trabalho de construção da usina. Os números dos trabalhadores a serem qualificados no âmbito dos módulos Básico e Técnico são apresentados na Tabela 7.

TABELA 7

NÚMERO DE PARTICIPANTES PREVISTOS PARA OS MÓDULOS BÁSICO E TÉCNICO

Especificação		Participantes	Carga Horária (hs/aula)
Módulo Básico		8.720	32
MÓDULOS TÉCNICOS	Armador	800	40
	Carpinteiro	832	60
	Eletricista Corrente Alternada	140	150
	Eletricista de Equipamentos	100	150
	Mecânico Leve	60	153
	Mecânico Pesado	120	153
	Motorista de Veículo Pesado	760	37
	Operador Caminhão Basculante	140	46
	Operador Carregadeira Pesada	30	36
	Operador de Motoniveladora	30	46
	Operador de Perfuratriz	40	42
	Operador Escavadeira	80	47
	Operador Trator de Lâmina	70	49
	Pedreiro	608	60
	Soldador	240	32
	Vibradorista	640	32
Total	4.690	...	

2.1.4.2 Qualificação para atividades específicas

O público alvo para as ações de qualificação em atividades específicas é composto por um grupo diversificado de autônomos, artesãos, professores, policiais, trabalhadores, pequenos produtores rurais e membros de suas famílias que trabalham em assentamentos de reforma agrária, em pequenas propriedades familiares e em comunidades ribeirinhas na área de influência do empreendimento.

Para a capacitação desses grupos de pessoas, as atividades propostas são:

- Assinatura de convênios ou contratos de prestação de serviços com instituições ou consultores especializados na formação dos segmentos demandados, entre eles os trabalhadores em lazer e turismo (cozinheiros, copeiros, camareiras, garçons, barmen, guias etc), os professores, os policiais, os produtores rurais e suas famílias, os trabalhadores em projetos de geração de renda e pequenos estabelecimentos produtivos e familiares, cujo conteúdo inclui a área de cooperativismo / associativismo, gerenciamento da atividade, melhoria da qualidade dos produtos, aproveitamento dos produtos locais e comercialização da produção;
- Repasse dos recursos para as instituições conveniadas referentes a todos os custos do trabalho com o grupo, que inclui contratação de professores, aquisição de material didático, transporte e outros custos necessários à capacitação para o trabalho.

2.1.5 Responsabilidades

As responsabilidades pela condução das atividades aqui propostas são do empreendedor, que deverá disponibilizar os recursos financeiros para desenvolvimento dos trabalhos e constituir equipe formada por profissionais especializados na capacitação de mão-de-obra e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas instituições conveniadas.

Essa equipe será responsável pelo desenvolvimento das seguintes atividades:

- Estabelecimento da programação dos cursos a serem oferecidos;
- Estabelecimento dos conteúdos específicos de cada curso;
- Organização de espaços e equipamentos necessários para o desenvolvimento dos cursos;
- Estabelecimento dos pré-requisitos necessários para os candidatos, recebimento das inscrições e seleção dos inscritos para a frequência aos cursos;
- Coordenação das ações referentes à aquisição e distribuição de material didático, vales transporte e alimentação para os alunos que freqüentarem o curso;
- Desenvolvimento das atividades didáticas programadas, dos testes de aproveitamento e da certificação dos alunos, após a conclusão dos cursos;
- Fornecimento de informações sobre os alunos certificados permitindo às empresas o acesso a um banco de dados de profissionais qualificados bem como monitoramento dos alunos capacitados;
- Elaboração de relatórios trimestrais com análise quanti-qualitativa dos resultados obtidos no período.

As principais instituições identificadas em Porto Velho e que poderão participar como conveniadas para o desenvolvimento das ações de qualificação de mão-de-obra são:

- SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Voltado para o atendimento à demanda de formação de mão-de-obra para as atividades terciárias, o SENAC possui atualmente três centros de atendimento ao público na cidade de Porto Velho: a sede da instituição, denominada SENAC Esplanada, localizada no bairro Pedrinhas, e outras duas unidades situadas nas zonas sul e leste da cidade. O SENAC possui um conjunto de cursos e oficinas de menor duração nas seguintes áreas: Artes, Comércio, Gestão, Tecnologia Educacional, Imagem Pessoal, Informática, Turismo e Hospitalidade e Saúde;

- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

O SENAI é uma instituição voltada para a educação profissional e assessoria em informação e tecnologia para a indústria, possuindo uma unidade em Porto Velho localizada no bairro Arigolândia. O SENAI oferece cursos nas seguintes áreas: Alimentação, Mecânica, Confecção, Eletricidade, Eletrônica e Informática.

O SENAI conta ainda com o PAM - Programa de Ações Móveis - que tem como objetivo “implantar estratégias alternativas de educação profissional em Rondônia, ampliando as atividades do SENAI – Departamento Regional, por meio de ações móveis voltadas às necessidades de atendimento fora do raio de abrangência do centro fixo”. Esse programa, segundo a instituição, “caracteriza-se por programas ágeis e flexíveis, com conjuntos didáticos, leves e facilmente transportáveis através da ação móvel integrada”, podendo ser utilizado para atender as sedes dos distritos de Porto Velho, caso haja a possibilidade de disponibilizar-se essa atividade através do convênio⁵.

- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

O SENAR responde pela formação profissional rural e a promoção social de trabalhadores que exercem atividades nos vários ramos de atividades rurais. Possui uma unidade em Porto Velho, no bairro Nossa Senhora das Graças, sendo usual, contudo, a promoção de atividades em áreas rurais, nos locais de residência e trabalho dos produtores. O SENAR possui uma ampla e diversificada gama de cursos nas seguintes áreas de atuação: Agricultura, Pecuária, Florestamento e Reflorestamento, Agroindústria, Aqüicultura, Extrativismo, Mecanização Agrícola, Irrigação e Drenagem, Administração Rural e Prestação de Serviços.

- Outras instituições e pessoas

Além das três instituições citadas, existem outras instituições em Porto Velho com experiência e qualidade tecnológica para desenvolvimento das atividades aqui recomendadas, entre as quais poderão ser incluídos sindicatos, associações, cooperativas ou consultores autônomos, artesões e artistas com notório saber em áreas diversificadas.

⁵ Os cursos oferecidos pelo PAM são: Mecânica de Bicicletas, Mecânica de Motocicletas, Mecânica de Máquina de Costura, Motores Diesel-Marítimo, Refrigeração, Pequenos Objetos de Madeira, Serigrafia, Reparador de Eletrodoméstico, Corte e Costura, Pedreiro, Pintor de Obras, Encanador, Eletricista Predial, Carpinteiro, Eletricista de Autos, Balconista Empacotador, Atendimento em Hotelaria e Restaurante, Pintura e Acabamento de Móveis, Culinária Regional, Doces e Salgados, Conservas e Embutidos, Fabricação de Derivados do Leite, e Panificação e Confeitaria.

2.1.6 Relatórios / Produtos

A equipe técnica responsável pela Qualificação de Mão-de-Obra deverá apresentar, à Gerência Ambiental do empreendimento, relatórios trimestrais de monitoramento das atividades realizadas, com análise dos indicadores referentes à absorção da mão-de-obra capacitada pelo mercado de trabalho em geral, tanto no canteiro de obras para implantação o AHE Santo Antônio como nos vários setores da atividade econômica do município de Porto Velho. Os relatórios deverão analisar os resultados alcançados, indicando alterações das atividades planejadas, caso sejam necessárias.

As alterações finais a serem implementadas deverão ser definidas em conjunto com a gerência ambiental, representantes das instituições conveniadas e responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e subprogramas específicos para os quais a qualificação de mão-de-obra é demandada.

O produto final previsto no programa é a qualificação de:

- 8.720 trabalhadores no módulo básico, que inclui os temas Saúde, Segurança do Trabalho, Meio Ambiente, Psicologia do Trabalho e Qualidade;
- 4.690 profissionais nas 16 principais funções demandadas na construção o AHE Santo Antônio;
- 5.000 pessoas em cursos específicos, entre elas os professores, policiais, profissionais das atividades de turismo, produtores rurais e famílias residentes nas áreas diretamente afetadas ou funcionários e membros das famílias de pequenas empresas produtoras de bens ou serviços demandados pelas empresas responsáveis pela implantação do empreendimento.

Ao todo, deverão ser qualificadas 13.720 pessoas para trabalho na construção da usina e em outros projetos e atividades específicas.

2.1.7 Cronograma

A capacitação de mão-de-obra, considerada como uma das mais importantes alternativas para potencialização dos efeitos positivos da implantação do empreendimento em Porto Velho, terá seu início efetivo no primeiro semestre de 2008, sendo mais intensa nos dois primeiros anos após esse início diminuindo de intensidade a partir daí, até encerrar-se em 2015, na fase final de implantação do empreendimento. Conforme o Cronograma de atividades apresentado no Anexo XI.

2.1.8 Interfaces com outros Programas

As atividades de Qualificação de Mão-de-Obra, aqui detalhadas, deverão subsidiar a execução dos seguintes programas:

- Programa de Remanejamento da População Atingida;
- Programa de Apoio às Atividades de Jusante;

- Subprograma de Qualificação de Mão-de-Obra (item 2.2 – Qualificação de Fornecedores);
- Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho (Lazer, Educação e Segurança Pública).

Deverá também manter estreita relação com o Programa de Comunicação Social, para divulgação dos cursos oferecidos, dos resultados alcançados e atendimento a reivindicações apresentadas às equipes responsáveis pela atividade.

2.2 Qualificação de Fornecedores

A Qualificação de Fornecedores é apresentada neste Programa de Compensação Social - Apoio ao Município de Porto Velho como um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, que tem como objetivo apoiar tanto o atendimento à demanda dinamizada pela implantação do empreendimento como a inserção de Porto Velho em um amplo mercado, que engloba não só o norte do Brasil, mas outros países da América do Sul, em uma perspectiva mais ampla.

2.2.1 Justificativa

A expansão das atividades econômicas em todos os setores que tiverem sua demanda ampliada em função da implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio é uma condição para que sejam prevenidos impactos negativos sobre diferentes aspectos, como o aumento de preços ou mesmo a escassez de mercadorias e serviços essenciais à população. Nesses casos, o aumento das demandas não atendidas e a possibilidade de ganhos provocam a atração e ampliação dos negócios, aumentando o fluxo de empresas e pessoas em busca de oportunidades. O mesmo acontece com possíveis empreendedores locais, pessoas que possuem ou têm facilidade para mobilizar recursos e que também tendem a aproveitar as oportunidades surgidas, apesar de, muitas vezes, não possuírem qualificação adequada para iniciar e gerenciar seus empreendimentos. A falta de capacitação para as atividades pode resultar, no médio e longo prazo, após a fase inicial de expansão, em prejuízo para os empreendedores e pessoas a eles associadas, sejam membros da família ou empregados.

A sustentabilidade dos novos empreendimentos ou da expansão de unidades já instaladas em Porto Velho, ampliadas ou modernizadas para aproveitar as novas oportunidades de negócios, torna-se imprescindível não só na fase de dinamização econômica, mas, principalmente, na fase de retração, quando a necessidade de busca de novos mercados exige uma capacitação maior dos empresários locais. A existência de recursos institucionais e técnicos, com grande potencial para favorecer essa sustentabilidade, é a principal justificativa para a implantação de um conjunto de ações de apoio à capacitação de empreendedores locais, conforme detalhamento aqui apresentado. Sua implantação demonstra, também, o compromisso do empreendedor em potencializar, para a economia municipal e regional, os impactos positivos associados à implantação do empreendimento.

2.2.2 Objetivos

O objetivo geral das atividades de Qualificação de Fornecedores é o de oferecer capacitação técnica aos produtores de mercadorias e prestadores de serviços com unidades em Porto Velho, interessados em realizar negócios com as empresas que participam diretamente da implantação o AHE Santo Antônio, bem como em desenvolver futuros negócios em mercados mais amplos.

Esse objetivo geral pode ser dividido em dois objetivos específicos, que são:

- Apoiar, no curto prazo, através do fornecimento de assistência técnica e orientações básicas, os produtores e prestadores de serviços sediados no município, tanto na área urbana como rural, em setores de atividade que atenderão à demanda imediata das empresas contratadas para implantação do empreendimento, entre os quais podem ser citados:
 - Produtos hortifrutigranjeiros – nesse grupo de produtos encontram-se todas as frutas, legumes, hortaliças, derivados do leite e carnes, a serem consumidos na produção de refeições para os trabalhadores na implantação da usina e para atender à demanda da população, de uma forma geral. Os fornecedores desses produtos, aqui considerados, são pequenos produtores rurais, agricultores familiares, que desenvolvem suas atividades nas comunidades ribeirinhas e em assentamentos de reforma agrária localizados no entorno da cidade de Porto Velho e na área rural situada a montante e jusante o AHE Santo Antônio. Esses produtores, nas reuniões participativas desenvolvidas nas comunidades, durante a fase de discussão do EIA, já manifestaram seu interesse em atender às demandas originadas da dinamização econômica provocada pela implantação do empreendimento no município;
 - Turismo e lazer – incluem estabelecimentos do ramo da prestação de serviços de hotelaria (hotéis, pensões, pousadas), restaurantes, bares, lanchonetes, sorveterias e produtores autônomos de salgados e doces, e de serviços relativos ao esporte e ao lazer, localizados tanto na sede do município quanto em localidades com potencial para atração dos trabalhadores em seus períodos de folga (como Jaci-Paraná, Teotônio, Calama e outros);
 - Serviços pessoais – nesse ramo de atividade encontram-se vários tipos de serviços demandados pelos trabalhadores, entre os quais encontram-se cabeleireiros, lavanderias, reforma e confecção de roupas sob medida, academias, etc.
 - Manutenção e reparação de veículos automotores e eletrodomésticos – incluem as oficinas mecânicas de automóveis, motos, caminhões, ônibus e borracharias, que atenderão não só aos trabalhadores, mas a empresas contratadas para a construção da usina, bem como serviços de reparação de eletrodomésticos em geral;
 - Comércio de mercadorias, principalmente de produtos alimentícios e de limpeza, vestuário, calçados, eletrodomésticos, material de construção, papelaria e outros ramos que poderão ter sua demanda potencializada.
- Apoiar, no curto, médio e longo prazo, ações de entidades que já atuam no município de Porto Velho na orientação a empresas e empresários que buscam maior eficiência em seus negócios, com a decorrente lucratividade e sustentabilidade de seus negócios.

Possibilitar um maior aproveitamento das oportunidades derivadas da implantação do empreendimento na região resultará, finalmente, em maior absorção de mão-de-obra local

e, conseqüentemente, redução de fluxos migratórios excessivos para Porto Velho na fase de construção o AHE Santo Antônio. Simultaneamente, propiciará ganhos para o empreendedor, em função da maior eficiência no atendimento da demanda por produtos, bens e serviços para a implantação da usina.

2.2.3 Metas/Resultados esperados

Entre os resultados esperados da implantação das atividades de Qualificação de Fornecedores podem ser citados:

- Melhoria das condições de competitividade das empresas de Porto Velho para atendimento ao aumento da demanda por bens e serviços derivada da expansão do mercado provocada pela implantação o AHE Santo Antônio;
- Melhoria nas condições de oferta de bens e serviços em Porto Velho derivada da maior formalização e organização dos produtores e das atividades locais;
- Melhoria das condições para desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis, com utilização de produtos locais;
- Maior absorção da mão-de-obra local e redução das pessoas atraídas para Porto Velho em busca de oportunidades de trabalho, diminuindo assim a expansão demográfica do município;
- Melhoria das perspectivas de continuação das atividades em patamares sustentáveis, após o período de construção o AHE Santo Antônio, para as novas empresas que se instalarem na cidade ou que fizerem ampliações em suas equipes e instalações, para atendimento à elevação da demanda.

2.2.4 Procedimentos / Metodologia

A Qualificação de Fornecedores contemplará todas as organizações de produtores incluindo associações, cooperativas ou sociedades de pessoas, como as comunidades rurais e os produtores assentados em projetos de reforma agrária. Apesar de sediado na cidade de Porto Velho, as atividades previstas contemplarão produtores e empresas em todo o município.

Para a execução das atividades de Qualificação de Fornecedores são propostos dois conjuntos de ações. O primeiro, no curto prazo, voltado ao atendimento imediato da demanda das empresas e trabalhadores envolvidos na construção do empreendimento, inclui as atividades da equipe técnica contratada pelo empreendedor ou por instituições locais conveniadas. O segundo é representado por ações de prazo mais longo, a serem desenvolvidas através de convênio com entidades locais especializadas na capacitação de fornecedores, de uma forma geral.

- Atividades a serem desenvolvidas diretamente pelo empreendedor

As atividades a serem desenvolvidas diretamente pelo empreendedor estão subdivididas em dois módulos, sendo o primeiro de caráter mais emergencial, coordenado pela equipe técnica responsável pela construção do empreendimento, enquanto o segundo pressupõe a

transferência de recursos para instituições locais que trabalham com a assistência técnica a produtores rurais.

Atuação direta - As ações a serem desenvolvidas pela equipe técnica responsável pela construção do empreendimento são:

- Identificação de produtos a serem demandados nos seis primeiros meses de implantação do empreendimento;
- Cadastramento de fornecedores locais com capacidade para atendimento dessa demanda em termos de qualidade e quantidade dos produtos (levantamento junto a entidades locais e inscrição de interessados);
- Levantamento das necessidades de adequação desses fornecedores para o atendimento à demanda das empresas responsáveis pela construção do empreendimento;
- Contratação de equipe técnica especializada para qualificação desses fornecedores, entre os quais podem estar incluídos agrônomos, veterinários, técnicos agrícolas, advogados, contadores, administração de empresas e técnicos com especializações diversas e experiência no desenvolvimento da produção ou dos serviços demandados;
- Fornecimento de assistência técnica aos fornecedores cadastrados segundo sua necessidade de qualificação, capacitando-os para a venda de mercadorias no mercado local e procurando tornar sua atividade ambientalmente sustentável após o encerramento das atividades de implantação da usina;
- Caso haja necessidade de financiamento para investimento ou capital de giro, a equipe técnica contratada orientará os fornecedores para obtenção de recursos nas linhas oficiais de crédito para a produção (por exemplo, PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar, Giro Rápido e outros).

Atuação indireta - As ações a serem desenvolvidas por instituições conveniadas, em princípio, concentram-se no apoio às atividades agropecuárias de produtos alimentares para consumo dos trabalhadores na implantação do empreendimento. Entre as instituições conveniadas deverão estar a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento da Prefeitura Municipal de Porto Velho – SEMAGRIC, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Porto Velho, podendo ser incluídas outras instituições que tenham entre seus objetivos o apoio à produção hortifrutigranjeira. As atividades previstas para esse módulo são:

- Assinatura de convênio com as instituições para desenvolvimento dos trabalhos de qualificação de produtores rurais para atendimento às demandas de produtos da agricultura, pecuária ou extração vegetal para alimentação dos trabalhadores na obra ;
- Apresentação dos produtos demandados, dos quantitativos e especificações, em termos de qualidade, para as equipes técnicas das instituições conveniadas;
- Solicitação, às empresas conveniadas, de projetos técnicos com orçamento e cronograma para qualificação de grupos específicos de produtores, em termos espaciais (comunidades rurais, assentamentos de reforma agrária e comunidades

ribeirinhas na área de influência do empreendimento) ou de grupos especializados de produtores (legumes, frutas, verduras, carnes, leites, peixes etc.).

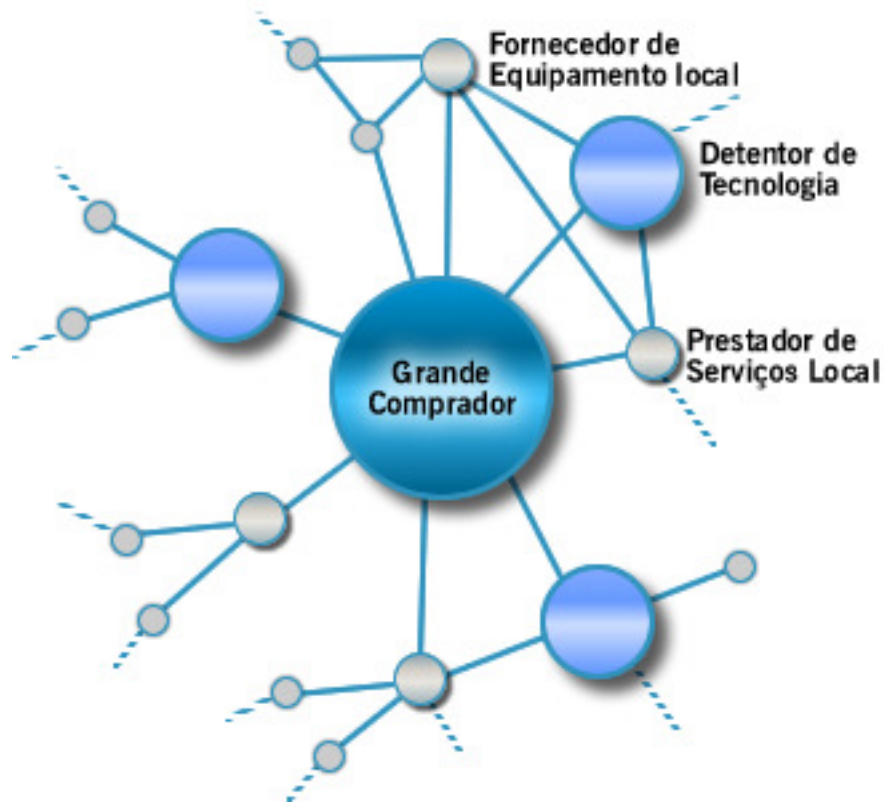
- Esses projetos deverão considerar as especificidades da demanda, de forma a ajustar a produção ao tipo e quantidade de produtos demandados, introduzindo novos produtos mesmo para aqueles sem experiência na produção (evitando, assim, escassez ou excedentes de produtos específicos);
- Transferência dos recursos para desenvolvimento dos projetos selecionados.

Os fornecedores qualificados nesses módulos terão a garantia de um volume mínimo de produtos a ser adquirido pelas empresas contratadas para construção do empreendimento, a preço de mercado, desde que atendam às condições de quantidade, qualidade e continuidade de fornecimento, estabelecidas para os produtos.

- Atividades sob a coordenação de instituições conveniadas

As atividades ligadas à capacitação de fornecedores de pequeno e médio porte para atendimento à demanda de grandes compradores têm sido desenvolvidas em vários estados brasileiros, entre eles Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Maranhão e Pará. Essas atividades têm envolvido, em parcerias bem sucedidas, os seguintes grupos de interesse:

- Grandes empresas, as chamadas “empresas âncoras”, que se colocam como propulsoras de negócios em vários setores de atividades em sua área de influência, funcionando como difusoras de efeitos multiplicadores, conforme esquematizado na Figura 2. Esses grandes compradores, em geral, possuem critérios rigorosos para inclusão de empresas em seu rol de fornecedores, além das dificuldades associadas ao grande volume de aquisições. Existe, contudo, um forte interesse desse grupo em aumentar o número e a eficiência de seus fornecedores, de forma a viabilizar ganhos através de uma concorrência mais saudável.
- O envolvimento das empresas âncoras nos programas de capacitação de fornecedores não se limita ao repasse de recursos, mas abrange um leque diversificado de ações, que incluem a participação na promoção de seminários, oficinas, reuniões com o grupo gestor do programa e participação nas auditorias para certificação, entre outras.
- Em Porto Velho existem grandes empresas que poderiam ser incluídas como “empresas âncoras”, além do consórcio empreendedor da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, de forma a criar um ambiente de negócios positivo, também com vistas ao aproveitamento das oportunidades decorrentes da implantação de outros projetos de infra-estrutura no estado, como o gasoduto de Urucu e a estrada que liga o Brasil aos países vizinhos da região dos Andes.
- Entidades representativas dos vários setores econômicos, entre elas as federações das indústrias e do comércio, que participam intensamente da organização das atividades, sendo responsáveis, em geral, pela direção técnica e gerencial dos programas de capacitação. Recentemente, em 28 de agosto de 2007, foi lançado pelo IEL - Instituto Euvaldo Lodi, o Programa IEL de Qualificação de Fornecedores, que busca a capacitação das empresas fornecedoras em cinco áreas de gestão: estratégica, comercial e financeira, qualidade, meio ambiente e saúde e segurança no trabalho e responsabilidade social.



FONTE: <http://www.dvf.com.br/pdf.aspx>

Figura 2 - Formas de Interação e Operacionalização da Cadeia Produtiva em torno do grande comprador (ou empresa âncora)

Entre as estratégias de capacitação empresarial do IEL incluem-se a Gestão Empresarial e o Desenvolvimento Regional. A primeira contempla a “sensibilização e mobilização dos setores empresariais e atores locais; realização de estudos, levantamentos e diagnósticos; definição dos principais gargalos e prioridades empresariais e tecnológicas; elaboração do planejamento estratégico setorial e de empresas; e assessoramento, implementação e acompanhamento de projetos para o desenvolvimento regional”. A segunda, Desenvolvimento Regional, trabalha com os “Arranjos Produtivos Locais (APLs) - aglomerações de empresas que participam do mesmo nicho de negócios, em uma região geográfica definida, operando em cooperação - colocam-se no centro da estratégia de atuação do IEL. Focado nos APLs, o apoio aos empresários se torna mais eficiente. As ações coletivas dentro dessas aglomerações melhoram o dinamismo empresarial da localidade”.

O Instituto Euvaldo Lodi de Rondônia - uma instituição integrante do Sistema Indústria, junto com a Federação das Indústrias do Estado de Rondônia, participou ativamente da concepção do programa nacional de capacitação de fornecedores, sendo planejado o início imediato de sua execução no estado. Para tanto, segundo entrevista realizada com seu diretor técnico, a “primeira coisa a fazer é verificar quem são os fornecedores que ele (o grande comprador) tem em Rondônia, segundo, quais são os fornecedores que ele tem fora de Rondônia e que poderia tê-los dentro de Rondônia, terceiro, qual é o “*up grade*” que precisa no seu fornecedor interno pra que ele possa atingir níveis de qualidade, preço e competitividade que tem fora, e quais são os fornecedores que podem ser criados em Rondônia para atendê-los, a oportunidade dos negócios, com que níveis, com que padrão, etc, etc.”

- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - É uma entidade privada e de interesse público que apóia a abertura e expansão dos pequenos negócios

e tem seu foco na geração de emprego e renda pela via do empreendedorismo. Tem sido parceira dos programas de capacitação de fornecedores em vários estados através da promoção de cursos, seminários e oficinas na área de gestão de negócios.

Entre as opções oferecidas pelo SEBRAE, de interesse para a Qualificação de Fornecedores encontram-se o PRÓPRIO – Programa de Orientação ao Candidato a Empresário e os cursos Aprender a Empreender, Como Vender Mais e Melhor, Análise e Planejamento Financeiro, Iniciando um Pequeno Grande Negócio, Juntos Somos Fortes e outros. Essas propostas têm como enfoque o empreendedorismo, o mercado e as finanças da empresa e trabalham conceitos básicos como ponto de equilíbrio da empresa, capital de giro e fluxo de caixa, procurando aprofundar o conhecimento da atividade, a coleta de informações e a análise de viabilidade do empreendimento.

- Instituições públicas responsáveis pela política de desenvolvimento econômico dos estados e dos municípios, como a SEAPES - Secretaria de Estado da Agricultura, Produção e Desenvolvimento Econômico e Social e a SEMDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Socioeconômico, que já participam do PlanSeQ Hidrelétrica e que têm procurado incentivar ações voltadas para o desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável, do estado de Rondônia e do município de Porto Velho.
- Empresas atuantes em vários setores de atividade interessadas em participar da formação de um mercado mais dinâmico e de aproveitar as oportunidades criadas pela implantação do empreendimento na região. Algumas dessas empresas têm assinado convênios com as instituições responsáveis pela capacitação de mão-de-obra para absorção de alunos em estágios supervisionados, contribuindo assim para a qualificação profissional dos mesmos.
- Entre os ramos de atividade de interesse específico para o empreendimento podem ser citados os seguintes: produção e comércio de produtos alimentícios e bebidas, entre eles destacando-se o hortifrutigranjeiro; produção e comércio de produtos de vestuário e calçados; produção e comércio de materiais de construção; serviços de transporte de mercadorias e passageiros; comércio de artigos culturais; serviços recreativos e desportivos; serviços de alojamento e alimentação; comércio, manutenção e reparação de veículos automotores e motocicletas; serviços de apoio à atividade econômica; serviços de educação e saúde (escolas e clínicas especializadas); serviços de turismo, esporte e lazer e serviços pessoais.

Esses grupos de interesses deverão ser os interlocutores do empreendedor para desenvolvimento das ações propostas de qualificação de fornecedores. A existência de um projeto para implantação do programa de capacitação de fornecedores, já detalhado pelo IEL, para o estado de Rondônia, constitui um avanço em termos de estruturação de um convênio em que o empreendedor participe efetivamente das ações previstas. É possível que a metodologia de trabalho venha a sofrer alterações em função de necessidades específicas do empreendedor. Deverá haver uma discussão aprofundada da mesma com a finalidade de determinar as responsabilidades de cada instituição no desenvolvimento das atividades de mobilização, capacitação e acompanhamento das atividades.

Assim, as ações previstas para o empreendedor no âmbito deste subprograma, no que se refere à qualificação de fornecedores, são:

- Reunião com representantes dos vários grupos de interesse para apresentação e discussão da proposta e do desenvolvimento de atividades voltadas para a capacitação de fornecedores no estado de Rondônia;

- Discutir com representantes do IEL e do SEBRAE a participação dessas instituições em um programa de qualificação de fornecedores voltado para atendimento às demandas das empresas contratadas para implantação do empreendimento;
- Formatar e assinar um convênio com essas instituições para o repasse de recursos voltados para a implantação do programa formatado segundo a metodologia aprovada pelas instituições parceiras;
- Participação efetiva na mobilização para identificação de outras instituições que poderiam atuar como parceiras do empreendedor no papel de empresa âncora do programa.

2.2.5 Responsabilidades

A implantação deste conjunto de ações de qualificação de fornecedores é de responsabilidade do empreendedor, que deverá desenvolver atividades coordenadas tanto por sua equipe técnica como através de parcerias com instituições interessadas no desenvolvimento de um projeto de capacitação mais abrangente, voltado para o desenvolvimento econômico e social do município e do estado.

O empreendedor, junto com outras empresas âncoras, responderá por parcela significativa dos custos de implantação e desenvolvimento das atividades, além de participar das decisões referentes ao conteúdo e programação das atividades, seminários e outras atividades de capacitação, segundo metodologia a ser detalhada pelo IEL e pelo SEBRAE, equipes técnicas que terão a responsabilidade final pelas atividades de capacitação das ações de médio e longo prazo a serem implementadas. As outras instituições participantes terão papel preponderante na implantação, gerenciamento do programa e desenvolvimento das atividades, além da mobilização dos fornecedores, segundo a demanda de cada empresa âncora incluída no programa.

2.2.6. Relatórios / Produtos

Considerando todo o tempo de implantação do empreendimento, serão produzidos 30 relatórios de monitoramento, sendo o número de fornecedores capacitados difícil de ser pré-determinado. Tendo-se como meta uma média de 300 fornecedores ao ano, ter-se-á, ao final do período de construção, um total aproximado de 2.100 fornecedores atendidos.

2.2.7 Cronograma

O cronograma de atividades está apresentado no Anexo XI.

2.2.8 Interfaces com outros Programas

As atividades de Qualificação de Fornecedores apresentam estreita relação com as atividades de Qualificação de Mão-de-Obra, o Programa de Remanejamento da População Atingida, o Programa de Apoio às Atividades de Jusante e o Subprograma de Apoio ao Município de Porto Velho. O primeiro poderá dar suporte à capacitação dos empregados

das empresas fornecedoras, enquanto os outros terão seu público alvo entre os beneficiados pelas atividades aqui propostas. Relaciona-se também com o Programa de Comunicação Social, para divulgação das informações pertinentes e repasse de demandas de fornecedores para realização de eventos específicos.

3.0 SUBPROGRAMA DE APOIO À REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

3.1. Objetivos

Este programa tem como objetivo apoiar a prefeitura de Porto Velho em tarefas relacionadas à revisão de seu Plano Diretor, acordadas com o Poder Executivo Municipal, em atenção à recomendação apresentada no EIA e corroborada na condição Específica 2.28 da LP 251/2007.

3.2. Metas

Este programa tem como meta apresentar à Prefeitura de Porto Velho, estudos técnicos que venham a contribuir com a revisão ou detalhamento de seu Plano Diretor, em acordo com seu Poder Executivo.

3.3 Âmbito de Aplicação

O âmbito de atuação deste programa é definido pelas áreas urbanas do município de Porto Velho, em especial as localizadas nas proximidades do empreendimento.

3.4. Procedimentos

Os procedimentos deste programa podem ser organizados em etapas, a saber:

- Contato com o Prefeito e seus Secretários para conhecimento da situação atual do município com relação a seu Plano Diretor e às expectativas frente a seu desenvolvimento, consubstancias em programas ou planos relacionados à sua revisão ou detalhamento.
- Avaliação dos benefícios e custos dos programas ou planos apresentados, a partir da qual o empreendedor deverá propor sua participação, propondo limites de responsabilidade para cada parte.
- Discussão da proposta apresentada.
- Estabelecimento de Convênio de Cooperação.

Antecipando espontaneamente a realização do primeiro procedimento acima descrito, a Madeira Energia S/A tomou a iniciativa de buscar, junto à Prefeitura Municipal de Porto Velho, informações sobre seu Plano Diretor e suas expectativas em relação às eventuais

revisões e detalhamentos por ela requeridos. Como resultado, foram obtidas as seguintes informações:

- O Plano Diretor de Porto Velho está concluído, de acordo com procedimentos recomendados pelo Ministério das Cidades, embora não tenha sido, até a data da consulta (janeiro de 2008), enviado para necessária apreciação da Câmara de Vereadores.
- O Plano elaborado apresenta projetos, a serem posteriormente detalhados, dentre os quais a Prefeitura considera mais importantes os relacionados à macro-drenagem urbana de Porto Velho, à mobilidade urbana da cidade, ao desenvolvimento municipal, ao zoneamento ambiental do município e aos impactos urbanos relacionados à construção do empreendimento.

A partir destas informações, a MESA estabelecerá, de acordo com cronograma adiante apresentado, uma agenda com representantes da Prefeitura para eleição do projeto a ser apoiado, estabelecendo meios institucionais para tal.

3.5. Responsabilidades

A responsabilidade pela execução dos procedimentos aqui descritos é da Madeira Energia S/A, limitada às obrigações a serem conveniadas.

3.6. Relatórios / Produtos

Este programa terá como único produto um convênio de Cooperação, a ser firmado entre a MESA e a prefeitura de Porto Velho para o apoio requerido.

3.7. Cronograma

O Cronograma de atividades está apresentado no Anexo XI.

4.0 BIBLIOGRAFIA

- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Déficit Habitacional no Brasil Municípios Selecionados e Microrregiões Geográficas. 2004/2005 – 2ª edição.
- FURNAS, ODEBRECHT, LEME, Complementação e Adequação às Solicitações do IBAMA, Tomo E - Vol. 3/3 Meio Socioeconômico. Agosto de 2006.
- FURNAS, ODEBRECHT, LEME, Estudos de Impacto Ambiental – EIA, Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, Tomo C – Análise Integrada, Avaliação de Impactos, Prognóstico e Programas Ambientais, Capítulo II, Identificação e Avaliação de Impactos Ambientais.
- FURNAS, ODEBRECHT, LEME, Estudos de Impacto Ambiental – EIA, Aproveitamentos Hidrelétricos Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira, Tomo B – Diagnóstico Ambiental.
- <http://www.dvf.com.br/pdf.aspx>
- <http://www.iel.org.br/>
- <http://www.cidades.gov.br/>
- <http://www.ro.senac.br/>
- <http://www.ro.senai.br/>
- <http://www.sebrae.com.br/>
- <http://www.senar.org.br/>
- <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/>
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO, Plano Diretor de Porto Velho – Versão Preliminar – Dezembro de 2004.
- SENAC-RO, PLANSEC HIDRELÉTRICA, Plano Setorial de Qualificação, Programação de Cursos para a Construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira (xerox sem data)
- SENADO FEDERAL, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

ANEXO I
CADASTRO DE MIGRANTES

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____ Questionário: _____

ANEXO 1

MIGRANTES – FICHA CADASTRAL

1. Nome completo: _____

2. Endereço em _____
Porto Velho:

3. Moradia em Porto Velho

<input type="checkbox"/>	Casa própria	<input type="checkbox"/>	Casa alugada	<input type="checkbox"/>	Casa cedida (vai hospedar até arranjar outra casa)
<input type="checkbox"/>	Vai ficar em pensão	<input type="checkbox"/>	em hotel	<input type="checkbox"/>	ou Outra (anotar): _____

4. Telefones Fixo:() Celular: () Favor: ()

5. Identidade: Nº: _____ Órgão: _____ Data expedição: _____

4. Data da chegada a Porto Velho: _____ / 20____ / 5. Tipo de Migração: Só Com a família

6. Local de origem: Município: _____ Estado: _____

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

7. Motivo da migração para
Porto Velho:

8. Se procura trabalho, em
que ocupação:

9. Trabalhos desenvolvidos nos últimos 5 anos:

Ocupação	Empresa empregadora	Município	Tempo de trabalho

10. Cursos freqüentados:

Nome do curso	Duração	Instituição	Município

11.
Observações:

Preencher uma ficha para cada membro da família que veio procurando trabalho

12 - INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA MIGRANTE

N ^o	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando? (E)	Escolaridade (F)	Está trabalhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situação Ocupacional (I)	Setor de atividade (J)	Nome da empresa (K)	Rendimento mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

<p>A – NOME</p> <p>Anotar o nome dos moradores (checar com número de residentes)</p>	<p>C – SEXO</p> <p>1. Masculino 2. Feminino</p>	<p>F - ESCOLARIDADE</p> <p>0 – Não estudou ou só assina o nome Anotar o último ano de estudo</p> <p><u>concluído</u> fazendo combinações de grau e série da seguinte forma:</p> <p>11 – 1ª série do primeiro grau 12 – 2ª série do primeiro grau ... 18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série) 21 - 1ª série do segundo grau 31 - 1ª série do terceiro grau</p> <p>40 – Pós graduação 50 – Outro – Especificar: _____</p>	<p>H – PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO</p> <p>Anotar a informação declarada</p> <p>I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL</p> <p>1. Proprietário de estabelecimento (indústria, comércio ou serviços) 2. Autônomo 3. Funcionário público 4. Empregado com carteira assinada 5. Empregado sem carteira assinada 6. Diarista (recebe o dia trabalhado) 7. Faz bico, biscates (freelancer) 8. Procurando trabalho (desempregado) 9. Aposentado, pensionista 10. Dona de casa 11. Estudante 12. Outro: _____</p> <p>Anotar a informação declarada</p>	<p>J – SETOR DE ATIVIDADE</p> <p>1. Indústria (fábrica) 2. Construção Civil 3. Comércio (vendas) 4. Transporte (motorista, carregador) 5. Serviços públicos 6. Outros serviços (bares, hotéis restaurantes, oficinas mecânicas, salão de beleza, etc.) 7. Outras atividades. Especificar: _____ 8. Não trabalha ou não está trabalhando no momento</p> <p>K – Nome da empresa</p> <p>Anotar a informação declarada</p> <p>L – Rendimento mensal</p> <p>Anotar a informação declarada</p>
<p>B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA</p> <p>1. Chefe da família 2. Esposo (a), Companheiro (a) 3. Filho (a) 4. Genro/nora 5. Neto (a) 6. Outro parente 7. Agregado 8. Empregado 9. Mora sozinho</p>	<p>D – IDADE</p> <p>0 - Menos de 1 ano 1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses 2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses ... Usar idade completa (anos)</p> <p>E – ESTÁ ESTUDANDO?</p> <p>1. Sim 2. Não</p> <p>G – ESTÁ TRABALHANDO?</p> <p>1. Sim 2. Não</p>			

Observação: Verificar se todos os que procuram trabalho preencheram a ficha da página anterior

ANEXO II
CADASTRO DE TRABALHADORES
MOBILIZAÇÃO

Responsável pela informação _____ Número do questionário:

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES NA IMPLANTAÇÃO DO AHE SANTO ANTÔNIO - MOBILIZAÇÃO

1. Empresa contratante: _____ Data: ____/____/____

2. Ocupação ou função: _____

3. Nome do trabalhador contratado: _____

4. Endereço residencial: Rua/Avenida _____ N.º _____

Bairro: _____ Município: _____ Telefone: _____

5. Naturalidade: Município: _____ Estado: _____

6. Residência anterior: Município: _____ Estado: _____

7. Locais onde morou antes de vir para Porto Velho (residência anterior em outros municípios):

Local onde morou (Município e Estado)	Período

8. Data da mudança para Porto Velho: Mês: _____ Ano: _____

9. Tipo de migração: Veio sozinho Trouxe ou foi trazido pela família (migração familiar)

10. Motivo da migração para Porto Velho (porque e como veio – verificar a estória do movimento):

11. Trabalhos, empregos ou ocupações nos últimos três anos:

Trabalho, emprego ou função	Empresa (quando empregado)	Início	Término

12. Escolaridade: _____ Último ano de escola que freqüentou: _____

13. Cursos de capacitação, qualificação ou aperfeiçoamento nos últimos três anos:

Curso	Duração (horas)	Instituição e local	Período

14. Fez algum curso promovido pelos Programas de Capacitação de Mão-de-Obra em Porto Velho? Sim Não

15. Curso: _____
 Caso tenha feito, qual?

Instituição: _____ Período: _____

16. Como avalia a importância do curso para contratação?

17. Moradia em Porto Velho: Casa própria Casa alugada Hospedado em casa de parentes ou amigos

Hotel pensão ou Alojamento empresa da Outra _____ (anotar):

**SE MIGROU COM A FAMÍLIA PARA PORTO VELHO APÓS JANEIRO DE 2008,
PREENCHER A FICHA DE FAMILIA ANEXA**

18 - INFORMAÇÕES SOBRE A FAMÍLIA DO PROFISSIONAL CONTRATADO QUE MUDOU PARA PORTO VELHO APÓS JANEIRO DE 2008)

Nº	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando? (E)	Escolaridade (F)	Está trabalhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situação Ocupacional (I)	Setor de atividade (J)	Nome da empresa (K)	Rendimento mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												
8												
9												
10												

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

	C - SEXO		F - ESCOLARIDADE	H – PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	J – SETOR DE ATIVIDADE
Anotar o nome dos moradores	1. Masculino		0 – Não estudou ou só assina o nome	Anotar a informação declarada	1. Indústria (fábrica)
(checar com número de residentes)	2. Feminino		Anotar o último ano de estudo		2. Construção Civil
			<u>concluído</u> fazendo combinações	I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL	3. Comércio (vendas)
B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA	D - IDADE		de grau e série da seguinte forma:	1. Proprietário de estabelecimento (indústria, comércio ou serviços)	4. Transporte (motorista, carregador)
1. Chefe da família	0 - Menos de 1 ano		11 – 1ª série do primeiro grau	2. Autônomo	5. Serviços públicos
2. Esposo (a), Companheiro (a)	1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses		12 – 2ª série do primeiro grau ...	3. Funcionário público	6. Outros serviços (bares, hotéis
3. Filho (a)	2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses		18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série)	4. Empregado com carteira assinada	restaurantes, oficinas mecânicas,
4. Genro/nora	... Usar idade completa (anos)		21 - 1ª série do segundo grau	5. Empregado sem carteira assinada	salão de beleza, etc.)
5. Neto (a)			31 - 1ª série do terceiro grau	6. Diarista (recebe o dia trabalhado)	7. Outras atividades. Especificar:
6. Outro parente	E – ESTÁ ESTUDANDO?		40 – Pós graduação	7. Faz bico, biscates (free-lancer)	_____
7. Agregado	1. Sim	2. Não	50 – Outro – Especificar:	8. Desempregado	8. Não trabalha ou não está
8. Empregado			_____	9. Aposentado, pensionista	trabalhando no momento
9. Mora sozinho				10. Dona de casa	
	G – ESTÁ TRABALHANDO?			11. Estudante	K – Nome da empresa
	1. Sim	2. Não		12. Outro. Especificar:	Anotar a informação declarada
				_____	L – Rendimento mensal
				Anotar a informação declarada	Anotar a informação declarada

ANEXO III
CADASTRO DE TRABALHADORES
DESMOBILIZAÇÃO

Responsável pela informação _____ Número do questionário:

LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES SOBRE OS TRABALHADORES NA IMPLANTAÇÃO DO AHE SANTO ANTÔNIO - DESMOBILIZAÇÃO

1. Empresa contratante: _____ Data: ____/____/____

2. Ocupação ou função: _____

3. Nome do trabalhador: _____

4. Endereço residencial: Rua/Avenida _____ N.º _____

Bairro: _____ Município: _____ Telefone: _____

5. Naturalidade: Município: _____ Estado: _____

6. Residência anterior: Município: _____ Estado: _____

7. Data da chegada a Porto Velho: ____/____/____ 8. A família reside em Porto Velho? Sim Não

9. Se veio de outro lugar para Porto Velho, pretende permanecer na cidade de Porto Velho? Sim Não

10. Se não tem planos de permanecer em Porto Velho, para onde pretende mudar-se?

Município: _____ Estado: _____

11. Caso tenha planos de permanecer em Porto Velho, em qual tipo de atividade?

12. Selecione em qual destas opções estará atuando:

Já tem outro emprego em vista

Vai procurar emprego em outra firma

Vai desenvolver negócio próprio

Vai trabalhar em negócio da família

Outra opção.
Qual?

ANEXO IV
CADASTRO DA REDE DE ENSINO

Pesquisador: _____ Data: ____/____/____
Formulário: _____

FORMULÁRIO PARA LEVANTAMENTO JUNTO ÀS REDES DE ENSINO

1. Nome da escola: _____

2. Endereço: _____

3. Responsável pela informação: _____

4. Cargo: _____ 5. Telefone: _____

6. E-mail: _____

7. A escola tem tido problemas para atender aos novos alunos que se matricularam nesse semestre? Sim Não

8. Caso a resposta seja positiva (está tendo problemas de atendimento), especificar quais:

<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Salas de aula:					
Equipamentos:					
Professores:					
Material didático:					
Merenda:					
Outros:					

9. Número de alunos matriculados no início do período: (Data do início do período - semestre: _____ / _____ / _____)

Grau de ensino	Série	Número de alunos matriculados

ANEXO V
CADASTRO DE FAMÍLIAS DE NOVOS ALUNOS

Pesquisador: _____ Data: ____ / ____ / ____
Questionário: _____

FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS DOS NOVOS ALUNOS

1. Nome do aluno: _____
2. Endereço: _____

3. Nome do entrevistado: _____
4. Telefone para contato: Fixo: _____ Celular: _____
5. Parentesco com o aluno: _____ 6. Condição na família _____
7. Data em que a família se transferiu para Porto Velho: ____ / ____ / ____

SE A FAMÍLIA SE TRANSFERIU APÓS JANEIRO DE 2008

8. Local da residência anterior (Município e Estado) _____

9. Motivo da migração: _____

Caso tenha migrado para procurar trabalho na construção da AHE Santo Antônio:

10. Como ficou sabendo sobre o trabalho na construção da AHE Santo Antônio?

11. Depois de trabalhar em Porto Velho, pretende voltar para o local de origem? Sim Não

13. INFORMAÇÕES SOBRE OS MORADORES NO DOMICÍLIO
(Inclusive os temporariamente ausentes no momento)

Nº	Nome (A)	Posição na Família (B)	Sexo (C)	Idade (D)	Está estudando? (E)	Escola ridade (F)	Está traba- lhando? (G)	Profissão (ou ocupação) (H)	Situação Ocupa- cional (I)	Setor de atividade (J)	Nome da empresa (K)	Rendimento mensal (L)
1												
2												
3												
4												
5												
6												
7												

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

A – NOME	C - SEXO	F - ESCOLARIDADE	H – PROFISSÃO/ OCUPAÇÃO	J – SETOR DE ATIVIDADE
Anotar o nome dos moradores	1. Masculino	0 – Não estudou ou só assina o nome	Anotar a informação declarada	1. Indústria (fábrica)
(checar com número de residentes)	2. Feminino	Anotar o último ano de estudo		2. Construção Civil
		concluído fazendo combinações	I – SITUAÇÃO OCUPACIONAL	3. Comércio (vendas)
B – POSIÇÃO NA FAMÍLIA	D - IDADE	de grau e série da seguinte forma:	1. Proprietário de estabelecimento	4. Transporte (motorista, carregador)
1. Chefe da família	0 - Menos de 1 ano	11 – 1ª série do primeiro grau	(indústria, comércio ou serviços)	5. Serviços públicos
2. Esposo (a), Companheiro (a)	1 - 1 ano a 1 ano e 11 meses	12 – 2ª série do primeiro grau ...	2. Autônomo	6. Outros serviços (bares, hotéis
3. Filho (a)	2 – 2 anos a 2 anos e 11 meses	18 – Concluiu o primeiro grau (8ª série)	3. Funcionário público	restaurantes, oficinas mecânicas,
4. Genro/nora	... Usar idade completa (anos)	21 - 1ª série do segundo grau	4. Empregado com carteira assinada	salão de beleza, etc.)
5. Neto (a)		31 - 1ª série do terceiro grau	5. Empregado sem carteira assinada	7. Outras atividades. Especificar:
6. Outro parente	E – ESTÁ ESTUDANDO?	40 – Pós graduação	6. Diarista (recebe o dia trabalhado)	_____
7. Agregado	1. Sim 2. Não	50 – Outro – Especificar:	7. Faz bico, biscates (free-lancer)	8. Não trabalha ou não está
8. Empregado		_____	8. Desempregado	trabalhando no momento
9. Mora sozinho			9. Aposentado, pensionista	
	G – ESTÁ TRABALHANDO?		10. Dona de casa	K – Nome da empresa
	1. Sim 2. Não		11. Estudante	Anotar a informação declarada
			12. Outro. Especificar:	L – Rendimento mensal

			Anotar a informação declarada	Anotar a informação declarada

INFORMAÇÕES SOBRE A MORADIA E O SANEAMENTO BÁSICO

14 – Tempo de moradia no local (meses): _____

15 – Característica do local de ocupação: _____

Códig 1 – Parcelamento 2 – Parcelamento 3 – Área de ocupação 5 - Outra
os: regular – lote individual regular – lote coletivo informal (explicar)

16 – Característica do sítio:

Códig 1 – Impróprio – 2 – Impróprio – 3 – Impróprio 4 - Impróprio – 5 – Próprio
os: faixa de proteção de curso d'água vegetação – declividade/erosão área alagadiça para ocupação

17 – Infra-estrutura urbana disponível (marcar com X):

1 - Pavimentação 2 - Abastecimento de água 3 - Iluminação Pública 4 - Transporte coletivo

18 – Tipologia da habitação (marcar com X):

1 - Unifamiliar 2 – Multifamiliar horizontal 3 - Multifamiliar vertical

19 – Número de pessoas que residem no domicílio:

20 – Número de cômodos no domicílio:

21 – Número de quartos no domicílio:

22 – Instalação sanitária:

Códigos: 1 – Banheiro interno 2 – Banheiro externo 3 – Sem instalação

23 – Material das paredes: _____

1 - Alvenaria 2 – Madeira 3 - Pau-a-pique 4 - Adobe 5 – Outros (especificar)

24 – Material da Cobertura:

1 –
Cerâmica

2 – Amianto

3 - Laje

4 - Palha

5 – Outros
(especificar)

25 – Condição da ocupação:

1 – Própria
quitada

2 – Própria em
pagamento

3 -
Alugada

4 -
Cedida

5 – Outra
(especificar)

26 – Valor do aluguel:

27 - Observações do entrevistado ou entrevistador

ANEXO VI
CADASTRO DE FAMÍLIAS DOS ALUNOS QUE
DEIXARAM A ESCOLA

Pesquisador: _____ Data: _____
Questionário: _____

FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS DOS ALUNOS QUE DEIXARAM A ESCOLA

1. _____
Nome do aluno:

2. _____
Endereço:

3. Nome do entrevistado: _____

4. Parentesco com o responsável pelo domicílio ou com o aluno: _____

5. Motivo da saída do aluno da escola: _____

SE A FAMÍLIA MUDOU DE RESIDÊNCIA, AVERIGUAR JUNTO AOS VIZINHOS:

6. Local da nova residência da família: _____

7. Município: _____ 8. Estado: _____

9. Data aproximada da migração _____ / _____ / _____
(mês/ano)

10. Número de moradores no _____
domicílio:

11. Motivo da mudança da família de Porto Velho para outro
município: _____

ANEXO VII
ESCOLAS DA REDE ESTADUAL

Relação das Escolas da Rede Estadual – Área Urbana de Porto Velho – 2007

CEEJA Pe. Moretti	EEEF Santa Marcelina Marcelo Cândia
Centro Educacional Maria de Nazaré	EEEEB Prof. João Bento da Costa
EEEF Duque de Caxias	EEEE Prof. Abnael Machado de Lima-CENE
EEEF 21 de Abril	EEEMF D. Pedro I
EEEF Bela Vista	EEEF Bom Jesus
EEEF Branca de Neve	EEEF Casa de Davi
EEEF Cel. Carlos Augusto Aluysio Weber	EEEF Daniel Néri da Silva
EEEF Franklin Roosevelt	EEEF Heitor Vilas Boas
EEEF Hélio Neves Botelho	EEEF Janio da Silva Quadros
EEEF Jorge Vicente Salazar dos Santos	EEEF Maria Carmosina Pinheiro
EEEF Mariana	EEEF Mundo Mágico
EEEF Nações Unidas	EEEF Nossa Senhora das Graças
EEEF Nossa Senhora do Amparo	EEEF Pe Mário Castagna
EEEF Prof. Eloisa Bentes Ramos	EEEF Prof. Herbert de Alencar
EEEF Prof. Roberto Duarte Pires	EEEF Samaritana
EEEF Santa Clara de Assis	EEEF Santa Marcelina
EEEF São Francisco de Assis	EEEF São Sebastião I
EEEF Sebastiana Lima de Oliveira	EEEFM Barão de Solimões
EEEFM 4 de Janeiro	EEEFM Brasília
EEEFM Cláudio Manoel da Costa	EEEFM Osvaldo Piana
EEEFM Estudo e Trabalho	EEEFM Getúlio Vargas
EEEFM Gov. Araújo Lima	EEEFM Gov. Jesus Burlamaqui Hosannah
EEEFM Petrônio Barcelos	EEEFM Jonh Kennedy
EEEFM Jorge Teixeira de Oliveira	EEEFM José Otino de Freitas
EEEFM Juscelino Kubitschek de Oliveira	EEEFM Manaus
EEEFM Marcelo Cândia – Subsede I	EEEFM Marcos de Barros Freire
EEEFM Marechal Castelo Branco	EEEFM Maria Nazaré dos Santos
EEEFM Pres. Tancredo de Almeida Neves	EEEFM Murilo Braga
EEEFM Prof. Eduardo Lima e Silva	EEEFM Prof. Flora Calheiros Cotrin
EEEFM Prof. Orlando Freire	EEEFM Rio Branco
EEEFM Risoleta Neves	EEEFM São Luiz
EEEFM Tiradentes	EEEFM Ulisses Guimarães
EEEFM Bandeirantes	EEEM Major Guapindaia
EEEI e Fundamental Marise Castiel	IEE Carmela Dutra

Total de Alunos: 72525

Total de Docentes: 2017

Fonte: Educacenso – MEC/INEP

ANEXO VIII
ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL

Relação das Escolas da Rede Municipal – Área Urbana de Porto Velho – 2007

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nº	<u>ESCOLAS</u> <u>MUNICIPAIS</u>	<u>ENDERECO</u>	<u>QD.</u> <u>SALAS</u> <u>2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	QD.ALUNOS 2006			Q.D.ALUNOS 2007		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS</u> <u>FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS</u> <u>FUND.</u>
01	<u>E.M.E.I.ALEGRIA</u> Diretora: Lindamar CEL: 9232-3614/ 9223-2919	Rua: Gruta Azul, 2124, Conj. Mamoré, B: Castanheira Fone: 3901- 3374	06 salas 1t.2an – 23 2t.3an – 44 3t.p.I – 66 3t.p.II – 66	Crèche- 69 Pré - 200	200	-	199	Cre- 67 Pré- 132	-
02	<u>E.M.E.I.E.F.AREAL</u> <u>DA FLORESTA.</u> Diretor: Célio – 9994- 8537/3227- 1638 Vice: Eliene – 8418- 6465	Rua: Açaí, 778, Bairro:Areal Da Floresta. Fone:3901- 3368.	04 salas 2t.p.I – 40 3t.p.II – 75 3t.1ºano – 75 2	200	125	75	190	115	75
03	<u>E.M.E.I.F. AUTA DE</u> <u>SOUZA</u> Diretora: Helena – 8401 5001 Secretário: Adilson – 9227 9963	Rua: Amador Dos Reis, B: São Francisco. Fone: 3214- 0689	10 salas 1t.p.I – 25 1t.p.II – 25 1t.1ºano – 30 9 2t.2ºano – 60 3t.3ºano – 90 1t.4ºano – 30 1t.5ºano – 30	330	90	240	290	50	240

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
05	<u>E.M.E.I.F. CASTANHEIRA</u> Diretora: Ilza, fone: 9212-5026 Vice: Gleice, fone: 9202-0565	Rua: 08 de julho, S/N. Bairro: Castanheira Fone: 3901-3306	03 salas 2t.3 anos – 50 2t.p.I – 50 2t.p.II – 50	140	140	-	150	Crech.- 50 Pré - 100	-
06	<u>E.M.E.I.E.F.CHAPEUZINHO VERMELHO.</u> Diretora: Maria do Socorro Vice: Ana Gurgel de Souza	Rua: Iranilde, nº5417 Bairro: Pantanal. Fone: 3901-3325	06 salas 1t. p.II – 25 1t.1º ano – 33 3t.2º ano – 99 3t.3º ano - 105 2t.4º ano – 88 2t.5º ano – 70	283	20	263	420	25	395
07	<u>E.M.E.I.E.F. MEU PEQUENO JONES.</u> Diretora: Marisa – 9982-6823	Rua: Anita Garibaldi c/ Antonio da Fonseca.S/Nº B: Costa e Silva. Fone: 3216-4672/ 3229 7762	07 salas 2t. 2º ano – 60 2t. 3º ano – 60 3t. p.I – 75 3t. p.II – 75	399	329	70	270	Crech. 120 Pré-150	-

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	ESCOLAS MUNICIPAIS	ENDERECO	QD. SALAS 2007 Ed. Inf.	QD.ALUNOS 2006			Q.D.ALUNOS 2007		
08	E.M.E.I. MORANGUINHO Diretora: Circe- 9224- 3024 Casa: 3227-0864	Rua: Camomila, S/Nº Bairro: Cohab Floresta Fone: 3228-2562 Secretaria: 3213- 3967	06 salas 2t. 2 anos – 52 2t. 3 anos – 52 2t. p.I – 52 2t. p.II – 50	233	233	–	206	Crêc.- 104 Pré- 102	–
09	E.M.E.I.E.F.NOVA REPÚBLICA Diretora: Zélia Maria- 9235-6316	Rua: Nova Esperança, nº68. B: Nova república Fone: 3228-3376	02 sala 1t. pl – 34 1t. p.II – 34 2t. 1º ano – 50 1	120	60	60	118	68	50
10	E.M.E.I.E.F. GUARDALUPE Diretora: Eanes- 8115- 6900 Vice: Marilene	Rua Andréa, nº 5692, B: Aponiã. Fone: Ed. Inf. 3215-4026 Fone: Ens. F. 3901-3361	07 salas 2t. p.I – 60 2t. p. II – 54 3t. 1º ano – 81 5 3t. 2º ano – 87 2t. 3º ano – 72 1t. 4ºano – 38 1t. 5º ano – 21	150	150	–	413	114	299

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
11	E.M.E.I.E.F.PEQUENO MESTRE Diretora:Leidimar-9983-4938 Profª.- Leonice: 8418-8716	Rua: Percy Holder,3594. Bairro:Cidade do lobo Fone:	04 salas 1t. p.II – 32 3t. 1º ano – 75 4t. 2º ano - 120 4	270	75	155	227	32	195
12	E.M.E.I.F.PEQUENOS TALENTOS Diretora: Marlene Rodrigues-9979-4125/ 3227-6058 Vice: Fernanda- 9244-0099	Rua:09,nº221 Bairro:Jardim Eldorado Fone: 3901-3371	05 salas 2t. p.I – 50 3t. p.II – 75 5t.1ºano – 125 3	250	125	125	250	125	125
13	E.M.E.I.F.Pe.GEOVANE Diretora: Maria da Penha – 9258-6914/ 3226 8080 Vice: Melissa – 9904 5027	Rua: Benedito Inocência, nº6913, B: Três Marias Fone:3901-3365	04 salas 1t. p.I – 27 1t. p. II – 26 2t. 1º ano – 50 1t. 2º ano – 40 2t. 3º ano – 70 1t. 4º ano – 35 3	200	100	100	248	53	195

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
14	E.M.E.I.E.F.VOVÓ HELENA Diretora: Assunção Serrão – 8118- 7344 Vice: Sandra -	Rua: Cutia C/Rio Nilo, nº. 1963 Bairro: Ronaldo Aragão. Fone: 3901- 3360-sala Orelhão- 3214- 6664	06 salas 1t. 2 anos – 20 2t. 3 anos – 40 2t. p. I – 50 3t. pII – 75 2t.1º ano – 40 1t.2º ano – 20 2	240	180	60	245	Crê.c- 60 Pré- 125	60
15	DR.TANCREDO NEVES Diretora: Ducilene- 8116-5364 Vice: Cleonice- 9207-7934	Rua: Das Faveiras, N°3123- Bairro: Eletronorte Fone: 3901-3369	04 salas 3t. p.I – 60 2t. p.II – 40 3t.1º ano – 60 2	250	125	125	160	100	60
16	ESTRELA DO AMANHÃ Diretora: Rose Fone: 9248-5892 casa: 3213-0047	Rua: Mato Grosso, nº0696 Bairro: Caladinho Fone: 3901-3370	04 salas 2t. p.I – 44 3t. p. II – 75 3t. 1º ano – 75 2	100	50	50	194	119	75

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDERECO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
17	ESPERANÇA Diretor: Paulo Vice: Marina- 9214-4318	Rua : Mamoré, nº.4969 Bairro: Esperança da Comunidade Fone:3215-3544	03 salas 1t. p.I – 26 2t. p.II – 52 3t.1ºano – 90 2	165	75	90	168	78	90
18	CHARLES CHAPLIN Diretora: Edirleide Fone: 3215-2767/ 9232 9570	Rua: Guaporé c/ Clara Nunes, nº. 5715 Bairro: 04 de Janeiro Fone: 3225-1270 (tarde)	07 salas 1t. p.II – 18 1t. 1º ano – 17 2t. 2º ano – 37 2t. 3º ano – 25 1t. 4º ano – 19 3	130	20	110	116	18	98
19	FERNANDO ESCARIZ Diretora: Rosinete de Jesus Fone: 9239-2020/ 9952 8074	Rua: Colatina, nº: 2005, B. Marcos Freire Fone: 3226-3353	04 salas 2t. 3 anos – 44 2t. p. I – 68 2t. p. II – 70 2t. 1º ano – 60 1	235	145	90	242	Crê.- 44 Pré- 138	60

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
20	<u>E.M.E.I.E.F. FLOR DE PIQUIÁ</u> Diretor/a: Vitória Régia: 8415-1370 Vice: Mayr – 9234 0622 Secretaria: Fátima – 8419 3495	Rua: Raimundo Cantuário, Bairro: Tiradentes. Antigo Canil Municipal Fone: 3214 1307	06salas 2t. p. I – 50 1t. p. II – 25 2t. 1º ano – 50 3t. 2º ano – 75 2t. 3º ano – 50 1t. 4º ano – 25 1t. 5ºano – 25 5	252	150	102	300	75	225
21	<u>08 DE MARÇO</u> Diretora: Maria de Lurdes Fone: 9243- 1826	R. São Jose, 9515 B: São Francisco Fone:	05 salas 1t. p. II – 25 2t. 1º ano – 60 2t. 2º ano – 60 2t. 3º ano – 60 2t. 4º ano – 60 1t. 5º ano – 30 5	188	46	142	295	25	270

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
22	<u>PEQUENO POLEGAR</u> Diretora: Elizangelica Fernandes da Silva – 9235 0809 Vice: Marinete – 9246 7978	R. Curitiba, 3612, Bairro: Caladinho, Conjunto Tucuruí Fone: 3901 3367	05 salas 2t. 3 anos – 30 3t. p. I – 75 3t. p. II – 75 1t. 1º ano – 25 1t. 2º ano – 25 1	268	20 creche 125	108	230	Crê.- 30 Pré- 150	50
23	<u>PEDRO ARAUJO</u> <u>Diretor/a: Edileuza Maria- 92344857</u>	Rua: 24 de julho, nº. 4132, Bairro: Nova Porto Velho Fone: 3225- 0170	08 salas 1t. 2 ano – 20 2t. 3 anos – 47 4t. Pré I – 86 4t. Pré II –100 4t. 1º ano – 92 2	–	–	–	345	Crê.67 Pré. 186	92
24	<u>E.M.E.I. SEMENTES DO ARACÁ</u> <u>Diretor/a: Ana Vieira – 9901 8485</u> <u>Vice: Tânea – 9209 7505</u>	Rua: Castro Alves c/ Fernando Pessoa, s/nº. Bairro: São Sebastião 9214 4324	03 salas 2t. 3 anos – 50 2t. p.I – 50 2t. p.II – 50	–	–	–	150	Crê.- 50 Pré.- 100	–

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTA</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
25	<u>E.M.E.I.E.F. BROTO DO AÇAÍ (LIZIA CINARA)</u> Diretor/a: Maria Aparecida Lemos	Rua: 15 de novembro, nº. 3937, Bairro: Conceição 3227 9583	06 salas 1t. p.I – 20 2tt. P.II – 43 2t. 1ºano – 34 2t. 2º ano – 36 2t. 3º ano – 17 2t. 4º ano – 31 1t. 5º ano – 17 5	–	–	–	198	63	135
26	<u>E.M.E.I.E.F. COR DO JAMBO (GENTE INTELIGENTE)</u> Diretor/a: Ilza – 8421 9459/ 9212 5026	Rua:Colorado, nº. 4588, Bairro: Caladinho	06 salas 2t. 3 anos – 40 2t. p. I – 50 2t. p.II – 50 2t. 1º ano – 51 2t.2º anos – 45 1t. 3º ano – 32 1t. 4º ano – 26 3	–	–	–	294	Crê.- 40 Pré- 100	154

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	ESCOLAS MUNICIPAIS	ENDEREÇO	QD. SALAS 2007 Ed. Inf.	QD.ALUNOS 2006			Q.D.ALUNOS 2007		
27	<u>E.M.E.I.E.F. ENCANTO DO IPÊ (DEUS E VERDADE)</u> <u>Diretor/a: Raimundo Ramos</u> <u>9235 3609</u> <u>Vice: Solange Pastor Marcelo – 9971 9627</u>	R: Michele, nº.7245, Bairro: União da Vitória	04 salas 1t. p.I – 25 1t. p.II – 25 2t. 1º ano – 50 1t. 2º ano – 25 1t. 3º ano – 25 1t. 4º ano – 25 1t. 5º ano – 25	-	-	-	200	50	150
28	<u>E.M.E.I.E.F. ELENILSON NEGREIROS.</u> <u>Diretor (a): Sioneida Aparecida 92015013</u> <u>Vice: Sheila Cristina 92376061</u>	Rua: Princesa Isabel c/ União Bairro: Socialista	06 salas 2t. Pré I – 50 2t. Pré II – 50 2t. 1º ano – 60 2t. 2º ano – 60 2t. 3º ano – 60 2t. 4º ano – 60	-	-	-	340	100	240

DADOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS – 2007

Nº	<u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>	<u>ENDEREÇO</u>	<u>QD. SALAS 2007</u> <u>Ed. Inf.</u>	<u>QD.ALUNOS 2006</u>			<u>Q.D.ALUNOS 2007</u>		
				<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>	<u>TOTAL</u>	<u>ED.INF</u>	<u>ENS .FUND.</u>
29	<u>KRYS DAMARES</u> Diretora: Damares- 9984 7697	R: Capitão Erson de Menezes, nº 1227 B: Areal Fone: 9285- 8997/ Aline- 8408 2419 Zuleide- 8403 0193	04 salas 3t. p.I – 75 3t. p.II – 75 2t. 1º ano – 50	153	103	50	200	150	50
30	<u>EMEIEF VÔO DO BURITI</u> Diretora: Lany Cristina O. de Alencar– 8418 8459	Rua: Paulo Fortes, Bairro: Aponiã (Associação Cratro e Trombetas).	08 salas 1 t Pré I 1 t Pré II 1.t 2º ano 1.t 3º ano	-	-	-	80	40	40
TOTAL			78 SALAS	5.665	2.794	2.319			

ZONAS DAS ESCOLAS URBANAS – 2007

1	ESCOLAS	TIPOLOGIA	ENDEREÇO/TELEFONES	DIRETOR E/OU RESPONSÁVEL
POLO I (ZONA OESTE)				
1.	EMEF. Antônio F. da Silva	A	R. Duque de Caxias, nº 2454 – B. São Cristóvão – Fone: 3901-3349/3221-0372/ (9905-5581 e 8403-4134-Joana)	Cíntia Regina Pedroso Guimarães
2.*	EMEF. Maria Izaura da Costa Cruz	A	R. Jardim- 06, nº 3418 – B. Costa e Silva, Fone: 3223-8836 /3223-5868/	Joana D arc Vieira de Carvalho
3.+	EMEF. São Pedro	A	R. José de Alencar c/ Costa e Silva, 5033º - B. Pedrinhas – Fone: 3901-3354/9249-2545- Roberta	Alda Íris da Rocha Campelo
4.	EMEF. Prof. Antônio Augusto Rebelo das Chagas (Ant. Esc. São Sebastião II)	B	Av. Almirante Tamandaré c/Jardel Filho, S/Nº, B. São Sebastião II – Fone: 3901-3348, 3223-7482 / 3216-4667	Virgílinia Fernandes Batista
5.+	EMEF. Nacional	A	R. Vanderlei Dantas, S/Nº - B. Nacional – Fone: 3901-3359	Maria Eliane Forte Ewerton
6.-	EMEI. Sementes do Araçá	C	R. Castro Alves c/ Fernando Pessoa, s/n, B. São Sebastião – Fone: 9901-2485 / Ana – 9209-7505	Ana Vieira
7.+	EMEI. Meu Pequeno Jones	B	R. Anita Garibaldi c/Antônio Fonseca, s/n, B. Costa e Silva – Fone: 3216-4672 / 3229-7762 / 9982-6823-Dir.	Marisa Magalhães Castiel de Carvalho
8.	Escola de Música Jorge Andrade	A	R. Abunã c/ Elias Gorayeb, Nº 2805 – B. Liberdade – Fone: 3901-3353	Elisabete Oliveira dos Santos
POLO II (ZONA SUL)				
1.+	EMEIEF. Saul Bennesby	A	R. Algodoeiro, 3130 – Eletronorte- Fone: 3901-3333/8414-7641 / 3228-2135	Marlúcia Rocha dos Santos
2.+	EMEF. Rio Guaporé	B	R.Santarém, 2137 - Conjunto Rio Guaporé – B. Castanheira- Fone: 3213-0512	Maria das Graças Mendes da Silva
3.*	EMEFM. Joaquim Vicente Rondon	A	R. Garopaba, 2615, B. Cohab –Fone: 3213-2846/9282-6310/9224-2340/3228-3230	Alexandre Cunha de Azevedo
4.-	EMEF. Raimundo A. da Silva	C	R. Bom Jesus – 6375- B. Cidade Nova – Fone: 3227-5988/3228-5988/9909-9792	Rosário de Maria Ferro Vieira
5.-	EMEIEF. Nova República	D	R. Tatuí, Nº4784 – B. Floresta – Fone: 3228-3376/3901-2923	Zélia Maria de Carvalho Santos

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

6.*	EMEF. Padre Chiquinho	A	Av. Campos Sales,881 - B. Areal – Fone: 3901-3350/3223-2932/9972-9327-vice	Luís Clodoaldo Cavalcante Filho
7.-	EMEF. Manoel Aparício N. de Almeida	B	R. Umberto Florêncio,3757, B. Cidade Nova,Fone:3901-3334/3227-5844/9204-3605	Maria de Fátima Oliveira de Souza
8.	EMEIEF. Krys Damares		R. Capitão Ebron de Menezes, nº 1227, B. Areal, Fone: 9285-8997/8423-9658	Francisca Alaíde de Morais
9.	EMEIEF. Pequenos Talentos	C	R. Caetano, Nº 3256– B. Caladinho, 3227-6058	Marlene Rodrigues da Silva
10.	EMEIEF. Areal da Floresta	B	R. Açai, 738 - B. Areal da Floresta – Fone: 9272-2821/3901-3368	Célio Cândido da Silva
11.-	EMEIEF. Dr. Tancredo de Almeida Neves	C	R. Das Faveiras, Nº 3123, Eletronorte, Fone: 3227-2071/8116-5364/3901-3369	Dulcilene Saraiva Reis
12.	EMEIEF. Pequeno Mestre	C	R. Percy Holder, 3495, B. Cidade do Lobo – Fone: 3901-3336	Geane Wagner
13.	EMEF. Tucumã	C	R. Tamarindo, Nº 70, B. Cohab Floresta, Fone: 8426-1158/3227-7832/3227-6775	Maria do Perpetuo do S. Martins Silva
14.	EMEIEF. Estrela do Amanhã	C	R. Mato Grosso, 696, B. Caladinho, Fone: 3901-3370	Rosimary Jovino da Silva
15.	EMEIEF. Pequeno Polegar	C	R. Curitiba, 3612, B. Caladinho, Conj. Tucuruí, Fone: 3213-0602	Elisangélica F. da Silva
16.	EMEI. Castanheira		R. 08 de julho,s/n, B.Castanheira,Fone:3901-3306/9216-5026/9902-4645/3221-8347	Ilza
17.	EMEIEF. Broto do Açai (ant. Lísia Cínara)	B	R. 15 de Novembro, B. Conceição, Fone: 3227-9583 (orelhão) / 3213-3224	Maria Aparecida Lemos
18.	EMEIEF. Cor de Jambo (Gente Inteligente)	B	R. Colorado 592, bairro: Caladinho Fone: 3228-2523/8421-9459/9212-5026	Ilza Neyara Silva
19.	EMEI. Alegria	B	R. Gruta Azul, 2124, Conj. Mamoré, B. Castanheira, Fone: 3901-3374	Analeide
20	EMEI. Moranguinho	B	R. Camomila, s/n, Cohab Floresta, Fone:	

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

Nº	ESCOLAS	TIPOLOGIA	ENDEREÇO/TELEFONES	DIRETOR E/OU RESPONSÁVEL
PÓLO III (ZONA NORTE)				
1.+	EMEF. Profº. Pedro Tavares Batalha Extensão Charles Chaplin	A	R. Alba, 5972, B- Aponiã – Fone: 3901-3346/3215-4000/8401-2894 R. Guaporé c/ Calama, 5715-Conjunto 04 de Janeiro – 3225-1270	Silmio do Nascimento Gualberto Edirleide Cintra Gomes Loreno
2.+	EMEF. Sen Olavo Gomes Pires	B	R. Andréia, 5039, B. União da Vitória, Fone: 3901-3345 / 3215-3709	Alzira Barros de Souza
3	EMEIEF. Vôo da Juriti	B	Rua Paulo Fortes, fone: 3221-3052	Lany Cristina Oliveira de Alencar
3.-	EMEF. Rio Madeira	C	R. Roque Pinto, 4483, B. Nova Esperança – Fone: 3901-3355	Débora Dias Rodrigues
4.*	IME. Engº. Francisco Erse (Ant. Padrão)	A	Av.: Amazonas, S/Nº - B. Cuniã – Fone: 3901-3343 /9984-2958/8428-5801	Francisco Marto de Azevedo
5.*	EMEF. João Ribeiro Soares	B	R. Andréia, 12, B. Igarapé, Fone: 3901-3382/3215-4029/9909-4892	Suelize Rose do N. Mascarenhas
6.+	EMEF. Sen. Darcy Ribeiro	A	R. José Vieira Caula, 6662, B. Esperança da Comunidade, Fone: 3901-3337/9979-5222	Wilson Barbosa
7.-	EMEIEI. Guadalupe	B	R. Andréia, S/Nº, Aponiã, Fone: 3901-3361/3215-4026	Eanes Holanda Calixto
8.-	EMEIEF. Esperança	C	Av.: Mamoré, Nº 4869, B. Esperança da Comunidade, Fone: 3901-3344/9214-4318	Marina Ruela de Oliveira Alves
9.	EMEF. Encanto do Ipê (Deus é a Verdade)	C	R. Micheli, Nº 7245, B. União da Vitória, Fone: 9235-3609	Raimundo Ramos da Silva
PÓLO IV (ZONA LESTE)				
1.+	EMEIEF. Chapeuzinho Vermelho	B	R. Lúcia de Carvalho, Nº 5417- B. Pantanal, Fone: 3214-5979 / 3901-3325	Maria Graciete Carvalho Barbosa
2.+	EMEIEF. Bom Princípio	B	R. Engº Paulo Pinheiro, Nº 1616, B. Tancredo Neves, Fone: 3901-3331	Lucília Duarte de Araújo
3.+	EMEIEF. Ulisses Soares Ferreira	A	R. José Amador dos Reis, Nº 2938, B. JK I, Fone: 3226-6236/9997-3858	Mariza Nóbrega do Nascimento
4.+	EMEIEF. São Miguel	B	R. Raimundo Cantuária, 9589, B. Jardim Santana, Fone: 3901-3332/3226-3014/	Leila Castro

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

			226-3836/9249-5638	Rossi
5.+	EMEF. Pingo de Gente	C	R. Orión,0102, B. Ulisses Guimarães – Fone: 3901-3343/ 3214-3802	Gilvânia Mesquita Brandão
6.+	EMEF. Profª. Estela de Araújo Compasso	A	R. Colatina, Qda. 11 B. Marcos Freire, Fone: 3214-1545/9238-1814/8406-3202 / 3901-3342	Maria de Nazaré Souza Mendes
7.	EMEIEF. Vovó Helena	B	R. Tartaruga-1996 - S/Nº B. Ronaldo Aragão, Fone: 3901-3360	Assunção de Maria Serrão Ferreira
8.-	EMEIEF. 08 de Março	C	R. São José, 9515, B. São Francisco, Fone: 3226-7875 / 3226-2302/ 3214-2302	Maria de Lourdes Almeida Freitas
9.	EMEIEF. Auta de Souza	A	R. 05 de Outubro,1555, B. São Francisco,Tel. 3214-0689/ 9227-9963/8401-5001/ 3 214-2728	Mª Helena de Souza Almeida
10.	EMEIEF. Jornalista Fernando Escariz	C	R. Colatina, Nº 2005, B. Marcos Freire – Fone: 3226-3353	Rosinete de Jesus Pereira Almeida
11.*	EMEF. Engº. Wadih Darwich Zacarias	A	R. Cidade, 2118, Conjunto Jamari, Fone: 3214-5201 / 3226-7285, 3214-5282	Edna Antônia Lopes da Silva
12	Escola Pe. Geovane Mendes	C	R. Benedito Inocêncio, Nº 6913, B. Três Marias, Fone: 3901-3365/3226-0601	Melissa Lima Abrantes
13	EMEIEF. 12 de Outubro	C	R. América do Norte, Nº 2445, B. Três Marias (pombal) Fone: 3901-3328	José Raimundo da Silva
14	EMEIEF. Flor do Piquiá (antigo Canil)	B	Av. Raimundo Cantuária c/Daniela, B. Tiradentes Fone: 3214-1307/ 9283-5402	Vitória Régia Mustafá
15	EMEIEF. Elenilson Negreiros		Rua: Manoel Garrincha c/Rua Bronze. B. Socialista Fone: 9201-5013	Sioneida Aparecida de O. Guarate

LEGENDA:

- * Escolas do 6º ao 9º Ano.
- + Escolas com mais de 10 turmas
- Escolas com menos de 10 turmas

TIPOLOGIA C/ Nº SALAS:

- A – 10 à 25
- B – 06 à 09
- C – 03 à 05
- D – 01 à 02

ANEXO IX
EMPRESAS DE FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

FICHA PARA ACOMPANHAMENTO DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS NO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS AO AHE SANTO ANTONIO

1. Setor de atividade: _____

2. Mercadoria ou serviço adquirido: _____

3. Forma de aquisição: _____

4. Número da licitação ou tomada de preços: _____ Data: / /

5. Empresas participantes		Endereço
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		

6. Empresa vencedora: _____ 7. Valor do contrato: _____

8. Justificativa para o resultado:

9. Caso a empresa vencedora seja de Porto Velho, está incluída entre aquelas que participaram do Subprograma de Capacitação de Fornecedores? Sim Não

MADEIRA ENERGIA S.A – MESA

10. Fatores que influenciaram na exclusão de empresas de Porto Velho:

Responsável pela informação _____ Formulário número: _____

ANEXO X
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

